

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
GRADUAÇÃO NO CURSO DE DIREITO

RAFAEL CASAGRANDE VELHO

**AQUISIÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS PARA OS
TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA UNIFORMIZAÇÃO E
EQUIVALÊNCIA DOS DIREITOS ÀS POPULAÇÕES CAMPESINAS**

CRICIÚMA/SC

2012

RAFAEL CASAGRANDE VELHO

**AQUISIÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS PARA OS
TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA UNIFORMIZAÇÃO E
EQUIVALÊNCIA DOS DIREITOS ÀS POPULAÇÕES CAMPESINAS**

Monografia apresentada ao setor
graduação da Universidade do
Extremo Sul Catarinense – UNESC,
para a obtenção do título de Bacharel
em Direito

Orientador: Mauricio Muriak

**CRICIÚMA/SC
2012**

RAFAEL CASAGRANDE VELHO

**AQUISIÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS PARA OS
TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA UNIFORMIZAÇÃO E
EQUIVALÊNCIA DOS DIREITOS ÀS POPULAÇÕES CAMPESINAS**

Monografia do Curso aprovado pela
Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Direito da
Universidade do Extremo Sul Catarinense
– UNESC, com linha de pesquisa em
Direitos Sociais.

Criciúma/SC 20 de junho de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mauricio Muriak-Mestre - (UNESC) - Orientador

Prof. Maurício Colle de Figueiredo – Titulação - (UNESC)

Prof. Renise Terezinha Mellilo – Titulação – (UNESC)

Dedico, a minha família e ao meu padrinho, que me ajudaram me dando força e tempo disponível para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, que nunca exigiu um filho nota dez, mas que sempre me deu força pra correr atrás dos meus objetivos, a minha mãe e irmãos que sempre me deram força quando eu precisei, ao meu patrão e padrinho Luiz Gonzaga Casagrande, do qual sempre disponibilizou o tempo que fosse preciso para a confecção deste trabalho, bem como me dá todo o apoio para que eu me torne um grande profissional.

Agradeço aos meus fiéis amigos, Rafael Santos da Silva e Assis Frello, que sempre me confortaram mostrando que eu não era o aluno mais atrasado de todos.

Agradeço ao meu professor Orientador Maurício Muriak, que mesmo tendo assumido várias supervisões não me deixou sem amparo.

Agradeço a essa Voz que soa dentro de mim, sempre me fazendo acreditar que eu posso ser melhor e conquistar aquilo que desejo, Deus.

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar como se deu o modo de aquisição dos direitos previdenciários para os trabalhadores rurais, nesse contexto, de suma importância demonstra a construção dos direitos sociais na cultura civilista, do qual se originou a Previdência Social.

Logo, visa-se a construção de todo um sistema de Leis e Decretos indagando o tema apresentado.

Desta forma, pelo estudo dos fatos históricos, bem como a doutrina atual demonstra que o Princípio do Solidarismo e o Princípio da Uniformização e Equivalência dos Direitos previdenciários às populações urbanas e rurais, tendo como peculiaridade a desnecessidade da contribuição do segurado rural para os cofres da previdência, foi uma forma de compensação que o Estado concedeu ao trabalhador camponês por trabalhar anos em condições precárias.

Os trabalhadores rurais sofreram com a ausência de educação, regulamentação do trabalho, logo, sem intervenção Estatal.

Palavras-chave: Escravidão. Direitos Sociais. Intervenção estatal. Uniformidade e equivalência. Aposentadoria especial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 ORIGENS HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

1.1 ESCRAVISMO 3

1.1.1 SERVIDÃO 9

1.1.2 CORPORAÇÕES DE OFÍCIO 12

1.1.3 REVOLUÇÃO INDÚSTRIAL E FRANCESA 17

1.2 CAUSAS PRIMÁRIAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO 19

1.2.1 SURGIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL 22

2 PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL 25

2.1 PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL 25

2.2 PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E ATENDIMENTO 26

2.3 PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS ÀS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS 27

2.4 PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS 28

2.5 PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS 29

2.6 PRINCÍPIO DA EQUIDADE NA FORMA DE PARTICIPAÇÃO NO CUSTEIO 30

2.7 PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE DA BASE DE FINANCIAMENTO 31

3 EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL NO MUNDO 32

3.1 EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL 33

3.2 DESENVOLVIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NAS CONSTITUIÇÕES	
BRASILEIRAS	34
3.2.1 CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824	35
3.2.2 CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1891	37
3.2.2.1 LEI ELOY CHAVES	39
3.2.3 CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1934	39
3.2.4 CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1937	42
3.2.5 CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1946	45
3.2.6 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967	49
3.2.7 CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988	52
3.2.7.1 EMENDA CONSTITUCIONAL DE Nº 20	54
3.2.7.2 EMENDA CONSTITUCIONAL DE Nº 41 E 42	54
3.2.7.3 EMENDA CONSTITUCIONAL DE Nº 47 DE 2007	55
4 CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA NO ÂMBITO DA ATIVIDADE RURAL	56
4.1 RECONHECIMENTO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS	
TRABALHADORES RURAIS	57
4.2 UNIFORMIZAÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS ENTRE	
TRABALHADORES URBANOS E RURAIS	58
4.3 EQUIVALÊNCIA DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS	
TRABALHADORES RURAIS	65
4.4 REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DA APOSENTADORIA DOS	
TRABALHADORES RURAIS	67
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

O regime da previdência social que atualmente assola nosso sistema Estatal demonstra um avanço considerável referente as políticas públicas de atendimentos, tanto específicos quanto no resguardo de direitos e garantias.

Os direitos sociais, previstos no texto constitucional, relata a construção e reconhecimento dos direitos previdenciários, porém não faz nenhuma ressalva sobre os fundamentos dos diversos modos de aquisição que as diferentes classes laborativas possam vir a ter.

Para tanto, é necessário analisar o contexto histórico, desde a escravidão, passando assim pela servidão e as corporações de ofício, para posteriormente deslustrarmos a importância que a realidade daquela época teve para que o Estado se tornar interventor em todas as relações de trabalho existentes.

A construção legislativa desde as suas primeiras leis até as suas últimas modificações tem suma importância para entendermos como se deu o processo de uniformização e equivalência dos direitos previdenciários às populações camponesas.

Com enfoque totalmente direcionado para a aquisição de tais direitos o assistencialismo Estatal demonstra sua importância, nunca esquecendo do Princípio do Solidarismo como fato transcendente dessa nova perspectiva que começava a se construir, demonstrando todo um apanhado legislativo em prol da legitimação dos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais.

A revolução Francesa, bem como industrial torna-se relevante para esclarecer a evasão que os grandes centros urbanos tiveram.

Demonstrado tais relações, frisa-se a economia Brasileira, que tem sua maior fonte de renda a exportação de produtos produzidos pelos trabalhadores do campo, que desde cedo começaram a trabalhar em terras de seus familiares, normalmente em situações precárias e longe da educação que dispõem os centros urbanos.

Por tudo isso, o presente trabalho tem enfoque especial na aquisição dos direitos previdenciários para as populações rurais, pois não há hoje na doutrina, bem como no texto legal, esclarecimentos acerca do porque que os trabalhadores rurais dispõem de requisitos peculiares para a aquisição da aposentadoria rural, bem como demonstrar através de tais esclarecimentos que a natureza de tal benefício se torna assistencial e não previdenciário.

1 - ORIGENS HISTÓRICAS DA RELAÇÃO DE TRABALHO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1.1 – ESCRAVISMO:

O homem nômade, caçador e pescador se tornou sedentário por diversos motivos de ordem biológica e moral, mas, sobretudo, por um motivo econômico: a exploração de terra. A agricultura fixou a vida humana, no sentido próprio da palavra, (RUSSOMANO, 2002, p. 21):

O grande horizonte está fechado ao homem primitivo. A chave que lhe permite descortinar um mundo novo, o ponto inicial de toda a civilização, está naquele momento – definitivamente perdido no fundo dos séculos – em que a mão é prolongada pelo utensílio. A partir desse instante, o homem está acima dos outros animais: ele tem um instrumento novo, criado por sua inteligência nascente, que é o prolongamento do seu braço, para obter os meios necessários à satisfação da fome e para ser usado como arma de defesa e ataque.

O Ser Humano, na construção da civilização, aprendeu a sobreviver em comunidade, e para este convívio ser subsistente, trocava bens de sua confecção por outros com utilidades diferentes daqueles, pois nesse período o homem e sua família trabalhavam para o seu próprio sustento, sendo que somente muito tempo depois se instalaria o sistema de trocas e o regime da utilização do trabalho alheio como fonte renda.

Nas mais antigas civilizações orientais já se encontram um grau avançadíssimo de organização do trabalho. Na filosofia religiosa dos Indus as castas sociais estavam distribuídas, previamente, por princípios rígidos e impostos pela autoridade divina. Essa filosofia não visava, apenas a manter com solidez a estrutura da comunidade da época, mas também era um pretexto político para garantir o privilégio das classes dominantes, dessa forma, impedindo pelos freios da regras ditadas pela religião as eventuais rebeliões populares, (RUSSOMANO, 2002, p. 22).

Com a expansão e complexibilidade das sociedades o trabalho passou a ser peculiar aos escravos e servos, ou seja, era obrigado a trabalhar quem, de

acordo com a realidade da época, fora excluído da sociedade, (MORAIS, 1993, p. 17):

O ser humano, desde os primórdios da civilização, tem vivido em comunidade. E neste convívio, para sua subsistência, aprendeu a obter bens, trocando os excedentes de sua produção individual por outros bens. Com o desenvolvimento das sociedades, o trabalho passou a ser, numa determinada fase histórica – mais precisamente na antiguidade clássica -, considerando como ocupação abjeta, relegada a plano inferior, e por isso confiada a indivíduos cujo status na sociedade era excludente – os servos e escravos. Dizia Aristóteles que para se obter cultura era necessário ócio, razão pela qual deveria existir o escravo. Muitos mencionaram advir desta época a etimologia do vocábulo “Trabalho” – derivando do latim “Tripalium”.

Ainda, NASCIMENTO, 2002, p. 39, discorre que com a *“Predominância da escravidão fez do trabalhador simplesmente uma coisa, sem possibilidade sequer de se equiparar a sujeitos de direito. O escravo não tinha, pela sua condição, direitos trabalhistas”*.

Na antiguidade clássica, no mundo Greco-romano, o trabalho possuía um sentido material, era reduzido a coisa, o que tornou possível a escravidão. A condição de escravo derivada do fato de nascer de mãe escrava, de ser prisioneiro de guerra, de condenação penal, de descumprimento de obrigações tributárias, de deserção do exército, entre outras razões. Nessa forma de trabalho o homem perde a posse de si mesmo. Ao escravo era confiado o trabalho manual, considerado vil, enquanto os homens ficavam livres ao pensamento e à contemplação, para os quais escravos eram considerados incapazes, (BARROS, 2011, p. 43/44).

Os escravos e servos tiveram papel crucial para o fortalecimento do setor econômico, de determinadas cidades e países, em especial Roma, que ostentava poder e riqueza às custas de mais de cinquenta nações escravizadas, (BERNARDES, 1989, p. 13-35):

O estudo da evolução das relações de trabalho, ao longo dos séculos, conduz à desalentadora constatação de que a busca do equilíbrio entre riqueza e trabalho tem sido marcada por enormes dificuldades. No constante, surda e opressora relação de ambos, repetem-se registros históricos em perturbador ciclo. O subemprego, as hordas de trabalhadores sem terra e sem sustento, os latifúndios improdutivos amealhados a preço vil juntos a pequenos proprietários sem condições de explorar a terra, o lazer ocioso e inconsequente

das elites ricas marcaram a antiguidade. A especulação financeira improdutiva gerou as grandes fortunas que impulsionaram o esplendor renascentista. Há um século, o arrocho salarial era preconizado como meio eficaz de reduzir os custos da produção. Roma ostentou poder e riqueza às custas de mais de cinquenta nações subjugadas, a exemplo do que hoje ocorre entre países ricos e os países pobres espoliados.

A identificação dos indivíduos que prestavam serviços em troca de determinadas recompensas, ou mesmo na condição de obrigados, no decorrer da história, passaram por diversos empecilhos para ter sua identificação profissional consubstanciada (SUSSEKIND, 2002, p. 755):

Estudando a história do trabalho, não se pode realmente falar em identificação profissional antes do aparecimento do “livret d’ouvrier” e, muito menos ainda, ao tempo da escravidão. Neste, o trabalhador não recebia um meio de identificação profissional e sim um sinal quem caracterizasse suas condições de escravo e indicasse qual o senhor que o possuía. Braceletes, colares, tornozeleiras serviam para, no caso de fuga, verificar logo quem era o dono do fugitivo, mas nada diziam quanto à sua profissão.

Nesta mesma perspectiva (SUSSEKIND, 2002, p. 29):

O homem sempre trabalhou; primeiro para obter seus alimentos, já que não tinha outras necessidades em face do primitivismo de sua vida. Depois, quando começou a sentir o imperativo de se defender dos animais ferozes e de outros homens, iniciou-se na fabricação de armas e instrumentos de defesa.

A escravidão consubstanciou como um período de transição de suma relevância no decorrer da história que diz respeito àqueles que prestavam mão-de-obra mediante o emprego de violência, para um sistema em que a mão-de-obra era proposta mediante o pagamento de recompensas, pois até então os escravos trabalhavam destituídos de voluntariedades, (CAMINO, 2004, p. 28).

O trabalho escravo era de natureza produtiva, porque destinado à obtenção de bens valiosos economicamente. Ao trabalhador escravizado, não se permitia o desfrute de qualquer resultado de seu labor, todo ele destinado ao dono. Era trabalho destituído de voluntariedade, porque a escravidão reduzia o homem a mero objeto de direito, supostamente sem vontade.

Falando do escravismo, as civilizações que mais se submeteram a esse regime, foram os egípcios, gregos e romanos, porém, nestes Estados as atividades dos escravos não se resumiam a simplesmente mão-de-obra pesada e trabalho sem jornada de horas, mas em atividades que envolviam a

construção de móveis, ferramentas, e, até gladiadores, músicos, filósofos e poetas, (SUSSEKIND, 2002, p. 29/30).

A escravidão. Entre os egípcios, os gregos e os romanos atingiram grandes proporções. Na Grécia havia fábrica de flautas, de facas, de ferramentas agrícolas e móveis, onde o operariado era todo composto de escravos. Em Roma os grandes senhores tinham escravos de várias classes, desde os pastores até gladiadores, músicos, filósofos e poetas.

Nessa esteira, fica evidente que a Escravidão constituiu o principal meio de trabalho do Mundo Antigo e sobre ela assentou-se toda a opulência da civilização Greco-Romana. Eram considerados escravos os trabalhadores de todas as profissões, desde os serviços que exigiam trabalhos braçais até às atividades intelectuais, artísticas e científicas, especialmente na Grécia. Havia total desprezo pelo trabalho braças, mas era comum atribuírem-se privilégios aos escravos cultos, dedicados às artes e ciência.

No Egito, a organização do trabalho fazia-se através de uma espécie de servidão na terra ou nas oficinas dos mestres. O Trabalho braçal era desprezado e exaltava-se o conhecimento, embora o desprezo pelos artistas. Na Grécia, também dominava o regime da escravidão (SUSSEKIND, 2002, p. 31).

Contudo, o trabalho escravo era encarado de uma forma menos indigna. Havia escravos ocultos em expressivo número, que gozavam da amizade e de reconhecimento de seus amos. Tinham a subsistência assegurada, ao contrário dos trabalhadores livres, que viviam em condições miseráveis. Já na cidade de Roma se conheceu outro tipo de organização do trabalho, de origem corporativa, através dos *collegia*, por volta do ano de 700 a.C. Nos *Collegia*, o trabalho era organizado agrupando-se os trabalhadores em suas diversas profissões (CAMINO, 2004, p.28).

Tais corporações perduraram, com alguma solução de continuidade, até o século III, quando foram incorporadas ao Estado. Institui-se o monopólio das profissões, vedando-se aos trabalhadores deixar de exercê-las e ficando os filhos obrigados a seguir a profissão dos pais e os genros, a dos sogros, não se podendo cogitar de trabalho livre, (CAMINO, 2004, p. 28/29).

A separação do império romano, conjuntamente com a era cristã, foi um marco inicial de significativas mudanças nas relações de trabalho, instituições como a Igreja, feudalismo e as corporações de ofício tiveram papel de suma importância neste novo modelo de relação de trabalho, estas duas ultimas promulgaram relação de trabalho diretamente distintas, (CAMINO, 2004, p. 29):

A fragmentação do Império Romano, a partir do ano de 476 da era cristã, implicou alterações significativas nas relações de trabalho. Nesse período, emergiram como instituições de grande poder a Igreja, o feudalismo e as corporações de ofício. Interessam-nos, para os fins deste estudo, as duas ultimas, por que no âmago de cada uma delas desenvolvam-se relações de trabalho diametralmente distintas.

Ainda, (RUSSOMANO, 2002, p. 23):

No último ato do império romano e no império Bizantino, a característica da organização do trabalho é o regime de colonato, como consequência, de um lado, da predominância do trabalho agrário, e por outro lado, da economia latifundiária. O trabalhador é um camponês que arranca da terra sua subsistência, sujeitos a tributos sem nunca poder se transformar em proprietário. É o começo da fixação do trabalhador à terra e – mais do que isso – de subordinação à gleba em que trabalha e, através dela, indiretamente, portanto, à pessoa do proprietário rural.

Na era medieval a escravidão também estava presente e os senhores feudais prendiam os “Bárbaros” e os “infiéis”, vendendo-os como escravos para o mercado do Oriente próximo. A escravidão nesta época recebeu o apoio da Igreja Católica, que apesar de supostamente combater o escravismo, distribuía entre os cardeais escravos comprados para lhes prestarem serviços, (SUSSEKIND, 2002, p. 30):

Nos tempos medievais a escravidão também existiu e os senhores feudais faziam grande número de prisioneiros, especialmente entre os “bárbaros” e “infiéis”, mandando vendê-los como escravos nos mercados de onde seguiriam para o Oriente Próximo. Sob pretextos e títulos, a escravização dos povos mais fracos prosseguiu por muitos séculos; em 1452 o Papa Nicolau autorizava o Rei Portugal a combater e reduzir à escravidão todos os muçulmanos, e em 1488 o rei Fernando, o Católico, oferecia dez escravos ao Papa Inocêncio VIII, que os distribuiu entre cardeais.

Na Idade Moderna, mais precisamente no ano de 1453, a escravidão teve mais incremento com o descobrimento da América, espanhóis

escravizavam indígenas e, ainda, faziam incursões na costa africana, levando mais escravos para as terras do novo continente, (SUSSEKIND, 2002, p. 30):

Mesmo com a idade moderna (1453 – Queda de Constantinopla) a escravidão continuou e tomou incremento com o descobrimento da América. Os espanhóis escravizavam os indígenas das terras descobertas e os portugueses não só aqueles, como também faziam incursões na costa africana, conquistando escravos para trazer para as terras do novo continente. Ingleses, Franceses e Holandeses, por outro lado, através de companhias e piratas, faziam, para suas colônias, o tráfico de escravos.

Em nossa opinião, entendemos que o aumento da população e a complexidade das relações sociais e humanas fizeram com que os senhores de escravos começassem a arrendar mão-de-obra de seus escravos para outros senhores. Paulatinamente, os homens livres, de baixo poder aquisitivo passaram a ser incluídos entre os que arrendavam os seus serviços. As condições iniciais desse contrato que eram idênticas às do escravo, foram regidas pela locação de coisas, daí ser toda a operação denominada genericamente “*locatioconductio*”, definida como o ajuste consensual por meio do qual uma pessoa se obrigava a fornecer a outrem o uso e o gozo de uma coisa.

A prestação de um serviço ou de uma obra em troca de um preço que a outra parte se obrigava a pagar se chamava Merces ou pensio. Somente os escravos e os pobres de classe mais baixa poderiam se abrigar nessas locações, (BARROS, 2011, p. 45).

O trabalho escravo decaiu na economia medieval, não só no período feudal (século V a século XI), como também no período urbano (século XI a século XV). Nesse período feudal, da economia predominantemente agrária, o trabalho era confiado ao servo da gleba, a quem reconhecia a natureza de pessoa e não de coisa, ao contrário do que ocorria com os escravos. Não obstante, a situação do servo, pelo menos no Baixo Império Romano, era muito próxima à dos escravos, (BARROS, 2011, p. 47).

Dentro da perspectiva doutrinária esses Servos eram fugitivos ou homens livres que, diante da invasão de suas terras pelo Estado e, posteriormente, pelos bárbaros, tiveram que recorrer aos senhores feudais em

busca de proteção. Em contrapartida, os servos estavam obrigados a pesadas cargas de trabalho e poderiam ser maltratados ou encarcerados pelo senhor, que desfrutava até mesmo do chamado “*jus primaenocis*”, dando direito aos senhores donos das terras à noite de núpcias com a serva (mulher) da gleba que se casasse.

1.1.1 – DA SERVIDÃO

Após a proclamação de indignidade da escravidão, tem-se a servidão como um tipo genérico de trabalho, onde os indivíduos que se submetiam a este regime não tinham a condição jurídica de escravo, mas tinha seus direitos restritos ao extremo, se submetendo às ordens dos senhores donos de terras, sendo que a economia neste período se firmava na agricultura e pecuária, (SUSSEKIND, 2002, p. 31):

A servidão foi um tipo muito generalizado de trabalho em que o indivíduo, sem ter a condição jurídica de escravo, na realidade não dispunha de sua liberdade. Foi uma situação marcante da inexistência de governos fortes centralizados, de sistemas legais organizados ou de qualquer comércio intenso, assim como de circulação monetária. A servidão pode ser apontada como uma das características das sociedades feudais e juristas medievais (...) justificavam-na com a classificação romana, que identificava os escravos aos não livres, dizendo que os homens eram “*aliberiaut servi*”. Sua base legal estava na posse de terra pelos senhores, que se tornavam possuidores de todos os direitos, numa economia que se firmava na terra – agricultura ou pecuária.

Ainda, (CAMINO, 2004, p. 29):

A servidão da gleba foi o regime de trabalho consagrado nos feudos, grandes propriedades privadas nascidas na negociação entre os reis dos povos bárbaros e a nobreza romana, dando origem a vassalagem. Assentava-se sobre a posse de terra com todos os direitos dela emanados, atribuídos aos senhores feudais, também chamados de “senhores da gleba”. Os servos não eram livres, mas se diferenciavam dos escravos por não serem simples objetos de direito. Embora miseráveis e submetidos a toda sorte de restrições, tinham assegurados alguns poucos e inexpressivos direitos: usos dos pastos, herança de objetos pessoais e animais, geralmente absorvidos pelos impostos abusivos que pagavam aos seus senhores. Aproximavam-se muito das condições de escravos, ao

serem objeto de cessão. Eram compulsoriamente mobilizados nas guerras.

No regime da servidão o indivíduo ficava preso à propriedade, que não podia abandonar. Não chegava a ser um regime de escravidão, pois ele não podia ser separado de sua família nem de sua terra, mas também não chegava a ser um sistema de liberdade total.

O trabalho e a produção, por sua vez, eram realizados a partir de uma técnica bastante rudimentar. Os produtos e serviços eram simplesmente entregues ou prestados ao senhor. Não eram vendidos, como ocorre hoje. Assim, a produção ressaltava de apenas dois fatores: terra e trabalho, pois o capital, ainda que existisse, não era necessário, (IANNONE, 1992, p. 17/18).

Nessa mesma perspectiva, (RUSSOMANO, 2002, p. 23):

O regime de escravidão se vai transformando, no plano histórico, em um sistema de servidão, no qual o trabalhador, pouco a pouco, se pessoaliza. Com efeito, nos primeiros períodos da idade média, no regime de servidão à gleba (que é o desdobramento histórico do colonato), o camponês parece, à primeira vista, ser, ainda, uma coisa – como no regime da escravatura – coisa móvel, acessória da terra. Estava ele submetido a um regime de estrita dependência do senhor feudal, dono da gleba: devia-lhe vassalagem; era seu servo na paz e seu soldado na guerra. O senhor era o amo. O uso da terra, pelo servo, era retribuído com produtos da agricultura, com serviços e, até mesmo, em certos momentos, com dinheiro. Os filhos dos servos também eram servos, de modo que o juramento de fidelidade se transmitia de geração a geração, o que constituía uma forma de manter o *Status quo* econômico, político e social do feudalismo.

Pertinente, (NASCIMENTO, 2002, p. 39):

Não diferiu muito a servidão, uma vez que, embora recebendo certa proteção militar e política prestada pelo senhor feudal dono das terras, os trabalhadores também não tinham uma condição livre. Eram obrigados a trabalhar nas terras pertencentes aos seus senhores. Camponeses presos às glebas que cultivavam, pesava-lhes a obrigação de entregar parte da produção rural como preço pela fixação na terra e pela defesa que recebiam.

Dentro do chamado sistema feudal, aparecem os primeiros agrupamentos de indivíduos que, fugindo das terras dos nobres, fixavam-se nas “*URBES*”, estabelecendo-se, pela identidade de ofícios entre eles, uma aproximação maior, a ponto de surgirem as denominadas corporações de

ofício, nas quais se firmavam contratos de locações de serviço em subordinação ao “mestre” da corporação, (SUSSEKIND, 2002, p. 32):

Corporações. Processava-se, também, a partir da época da servidão, uma alteração no próprio sistema econômico, ainda impreciso, declinando a economia doméstica e começando a aparecer os grupos profissionais. A necessidade de fugir dos campos, onde o poder dos nobres era quase absoluto, ia, por outro lado, concentrando massas de população nas cidades, principalmente naquelas que tinham conseguido manter-se livres. A identidade de profissão, como força de aproximação entre homens, obrigava-os, para assegurar direitos e prerrogativas, a se unir, e começaram a repontar, aqui e ali, as corporações de ofício ou “Associações de Artes e Misteres”. Foi especialmente na França, na Espanha (*grêmios*) e na Alemanha (*Zunft*) que seu desenvolvimento mais se fez sentir, não obstante surgirem em outros países e na própria Inglaterra.

Nesta esteira, (CAMINO, 2004, p. 29-30):

As corporações de ofício foram a forma de organização corporativa dos trabalhadores medievais e traduzem fenômeno urbano, resultado da organização de trabalho fora dos campos (feudos) e livres do jugo dos senhores feudais. As corporações de ofícios, exemplo dos *Collegia romanos*, também tinham por elementos catalisador a identidade de profissão.

A nosso ver, esse novo modelo de economia permitiu não só a sua expansão em termos de culturas e extensão, como a transformação de comunidades de lavradores autossuficientes no período feudal em grupos organizados, com um considerável aumento da produtividade, sendo substituído o método tradicional de plantio. No século XVII houve a introdução da cultura de plantas forrageiras (plantas e grãos destinados à alimentação do gado) integradas na rotação da plantação, acabando com o velho sistema de “reposição”.

Tal processo resultou em grande incentivo à revolução industrial. Primeiro porque possibilitou um considerável incremento na renda das populações ligadas à agropecuária, favorecendo consequentemente uma melhor distribuição de renda e um aumento do poder aquisitivo, porque criou condições para uma melhora dos meios produtivos e da própria produtividade. É importante assinalar que boa parte do capital que financiou a Revolução Industrial veio do setor agrícola (IANNONE, 1992, p. 50/51).

Ainda, (RUSSOMANO, 2002, p. 24):

Em fase posterior, mas ainda dentro da idade média, organizaram-se as corporações. Essas corporações constituem uma criação original da idade média e a definiram ante o tempo e a história. Suas raízes mais remotas estão nas organizações orientais (de existência até hoje discutível, nos *collegia* de Roma e nas *guildas* germânicas. Na verdade, a corporação medieval é um grupo de produtores, organizados rigidamente, de modo a controlar o mercado e a concorrência, bem como a garantir os privilégios dos mestres, que a dirigiam.

1.1.2– DAS CORPORações DE OFÍCIO

Com as corporações de ofício, na idade média, não havia ordem jurídica que regulassem a prestação de serviço, o que houve foi uma maior liberdade do trabalhador, sendo nestas corporações que ocorreram os primeiros agrupamentos de trabalhadores, artesões do mesmo ramo se agrupavam em uma única localidade. Cada corporação tinha um estatuto com algumas normas disciplinando as relações de trabalho. Havia três categorias de membros das corporações: os mestres, os companheiros e os aprendizes. (NASCIMENTO, 2002, p. 39/40).

Nas corporações de ofício o trabalho era realizado separadamente, com diferentes níveis de atuação, a divisão era entre aprendizes, companheiros e mestres, cada um com seu grau de responsabilidade na produção agrária, dentro das corporações, o trabalho estava distribuído em três níveis, quais sejam: aprendizes, companheiros e mestres.

Os aprendizes estavam submetidos, muito estreitamente, à pessoa do mestre. Eram jovens trabalhadores que, como sua designação indica, aprendiam o ofício. A aprendizagem era um sistema duro de trabalho e os mestres impunham aos aprendizes um regime férreo de disciplina, usando, largamente, os poderes que eram conferidos pelas normas estatutárias da corporação (...). Terminada a aprendizagem, subiam eles à categoria de companheiros, que eram oficiais formados, mas sem condições de ascenderem à mestria, pela compressão exercida pelos mestres, que desejavam, dessa forma, impedir a concorrência e, por outro lado, assegurar a transmissão dos

privilégios das mestrias aos seus filhos ou sucessores, (NASCIMENTO, 2002, p. 40/41).

Os companheiros, tecnicamente, eram trabalhadores qualificados, que dispunham de liberdade pessoal, mas que sabiam lhes seria, a qualquer preço, vedado o acesso à condição de mestres, por mais refinada que fosse sua formação profissional. Esse fato e o desejo natural de ascender ao controle da produção fizeram com que a corporação, com o passar dos anos, fosse cindida as companhias e mestrias, ou seja, em organizações de companheiros e organizações de mestres, (RUSSOMANO, 2002, p. 24).

Na mesma perspectiva, (NASCIMENTO, 2002, p. 40):

Os mestres eram proprietários de oficinas, que chegavam a essa condição depois de aprovados, segundo os regulamentos da corporação, na confecção de uma “obra mestra”. Equivalem aos empregadores de hoje. Os companheiros eram trabalhadores livres que ganhavam salários dos mestres. Os aprendizes eram menores que recebiam dos mestres os ensinamentos metódicos de um ofício ou profissão. A clientela das oficinas eram aos poucos habitantes de uma cidade e de seus arredores. As corporações mantinham com os trabalhadores uma relação de tipo bastante autoritário e que se destinava mais à realização dos seus interesses do que à proteção dos trabalhadores.

Conforme explanado pelos Doutrinadores, o homem que, até então, trabalhava em benefício exclusivo do senhor da terra, tirando como proveito próprio a alimentação, o vestuário e a habitação, passou a exercer sua atividade, sua profissão, em forma organizada.

Porém, ainda não gozando de inteira liberdade, pois recebia ordens de seus superiores, por intermédio de rigorosos contratos, no qual legitimavam no nível de superioridade hierárquica dos “Mestres”, até mesmo ao direito de mudança de domicílio.

Em troca, além do salário, os trabalhadores tinham a proteção de socorro em caso de doença e lhes ficava assegurado um verdadeiro monopólio de profissão, já que só podiam exercê-las os que estivessem escritos na corporação correspondente, e, mais ainda, poderiam um dia vir a serem também “mestres”, (SUSSEKIND, 2002, p. 33).

Nas corporações, o trabalho retribuído por salário, sem regulamentação alguma, era motivo de submissão de trabalhadores a condições análogas às dos escravos, não existindo, até então, nada que se pudesse comparar à proteção do indivíduo, seja em caráter de relação empregado-empregador, seja na questão relativa aos riscos da atividade laborativa, no tocante a eventual perda ou redução na capacidade do trabalho, (SUSSEKIND, 2002, p. 34).

Valem dizer, que os direitos dos trabalhadores eram aqueles assegurados pelos seus contratos, sem que houvesse qualquer intervenção estatal no sentido de estabelecer garantias mínimas.

O chamado regime de manufaturas é período posterior, caracterizado pelo monopólio concedido pelo príncipe (como símbolo do poder) a determinado produtor. Para êxito do seu empreendimento, o produtor admitia trabalhadores, pagando-lhes remuneração, nas condições fixadas, unilateralmente, pelo produtor, constantes, em geral, dos atos constitutivos da manufatura e aos qual o trabalhador aderiria, pura e simplesmente, (RUSSOMANO, 2002, p. 25).

Porém foi nas corporações de ofício que surgiram as primeiras lutas de classes, os indivíduos trabalhadores estavam insatisfeitos com a concentração de poder nas mãos dos “mestres” (Fundador da corporação), se organizando em grupos para reivindicar melhores condições de labor, (CAMINO, 2004, p. 30):

Contudo são no seio das corporações de ofícios que se registram as primeiras manifestações de confronto de classes, em movimentos ascendentes. Os oficiais, também chamados companheiros (*compagnons*), insatisfeitos com a exagerada concentração de poder nas mãos dos mestres, organizaram movimentos de pressão, as *compagnonnages*, que tinham em comum com os sindicatos a luta por melhores condições de trabalho. Eram agrupamentos de fato, proibidos pelo direito, o que não impediu se intensificassem, gradativamente, tais movimentos, até os fins da monarquia francesa.

Nesse sentido, (RUSSOMANO, 2002, p. 25):

Embora o sistema de manufaturas seja um prenúncio do *Salariato*, que caracteriza a economia contemporânea, mais importante do que ele, foram, na verdade, as corporações, que substituíram até muito além da Idade Média e só extintas, em definitivo, sob inspiração do liberalismo econômico e do individualismo político, desfraldados nas

páginas da enciclopédia Francesa e nas barricadas da Revolução de Paris. Era o começo da execução prática da idéia teórica do trabalho livre. O contratualismo alcançava a esfera do trabalho e colocava o trabalhador e o empresário, um ante o outro, para que discutissem, como seres livres, com direitos abstratamente iguais, as condições de serviços, consubstanciadas nas cláusulas do contrato de trabalho.

Ainda, (BARROS, 2011, p. 49):

Os abusos praticados pelos mestres nas corporações de ofícios, geradores de greves e revoltas dos companheiros, principalmente em face da tendência oligárquica de transformar o ofício em um bem de família, associada à incapacidade de adaptação do trabalho ali desenvolvido às novas exigências socioeconômicas, dada a tendência monopolizadora e o apego às formas superadas de produção, foram motivos mais do que suficiente para incrementar a transição da sociedade artesanal para o capitalismo mercantil.

Partindo desta perspectiva, a igualdade entre os homens para contratar trabalhadores levou a uma crise no sistema das corporações de ofícios, pois os trabalhadores foram explorados ao máximo, em condições precárias, gerando situação de miséria sem precedentes, impulsionando, em face desta situação, um sentimento de revolta e solidarismo entre os prestadores de serviço, (CAMINO, 2004, p. 31):

No falso pressuposto da igualdade entre os homens e conseqüente liberdade para contratar, os trabalhadores foram explorados à exaustão e submetidos a condição aviltante. A desigualdade econômica, ignorada pelo Estado absenteísta, inspirada nos princípios do *laissezFaire*, do “que é contratual é justo”, gerou situação de miséria em precedentes para a classe operária que, explorada e faminta, iniciou movimento ascendente de grandes proporções, impulsionada pelo sentimento de solidariedade que é próprio dos oprimidos.

Ao nosso entendimento ninguém podia se sentir seguro com uma situação como essa. A opção para os trabalhadores acaba sendo procurar proteção junto ao mais forte ou correr risco de ter de enfrentar sua hostilidade. Assim, os fortes acabavam protegendo os mais fracos, mas estes, para obter sua proteção, tinham de pagar um preço muito alto: na maioria dos casos, os mais fracos acabavam se transformando em servos.

O estado feudal, em um clima que a lei particular prevalece sobre a geral, pulverizou o poder, em que o direito de governar era confundido com o direito de propriedade ou, mais especificamente, de posse. A propriedade rural

que deu origem aos feudos, e colonato, regime que vinculavam camponês à terra por ele cultivada, uma espécie de acordo em que um vassalo se colocava sob proteção de um senhor em troca se obrigava a servi-lo, e o benefício correspondia à cessão de um lote de terra mediante o pagamento de aluguel ou prestação de serviços, (IANNONE, 1992, p. 15/16).

A economia medieval se concentrava na agricultura de subsistência, realizada em unidades rurais autônomas, com isso os trabalhadores passaram a ter nessas atividades agrárias sua principal fonte de produção econômica, (IANNONE, 1992, p. 17):

O panorama era tipicamente rural. No século XIII, menos de 20% da população vivia em centros urbanos, vinculada a um sistema de produção apoiado e impulsionado basicamente pela guerra (...). Estas, por sua vez, geravam estímulos para o desenvolvimento das glebas rurais, que se mantinham com um índice de produtividade baixíssimo, numa economia fechada, sem mercados externos e fundamentadas nas trocas. Qualquer contratempo, com uma seca prolongada, excesso de chuvas e etc., era responsável por uma anormalidade na produção e poderia resultar em fome.

Em síntese, o que a sociedade feudal produzia provinha basicamente da terra. Portanto, fica fácil entender por que naquela época a terra se tornaria sinônimo de riqueza e poder.

Neste aspecto, a extinção das corporações de ofício determinou a dispersão dos trabalhadores que, desarticulados nos planos coletivos e impotentes individualmente, ficaram à mercê dos interesses do capital, porém, com o advento da Revolução francesa de 1789, se trouxe o ideário da liberdade individual, não se admitindo mais o interesse individual acima do coletivo, logo as corporações de ofícios chegaram ao fim, (CAMINO, 2004, p. 30):

As corporações de ofício medievais alcançaram grande poder, mas acabaram por sucumbir pelas lutas intestinas que acabaram por enfraquecê-las. O golpe fatal veio com a Revolução Francesa de 1789. O ideário de liberdade individual, levado à sua expressão máxima, mostrou-se totalmente incompatível com a existência de entes coletivos, situados entre o Estado e seus indivíduos. Não se admitia submissão dos interesses individuais a interesses grupais, coletivos.

O que acontecia à terra determinava a vida e a morte da maioria dos seres humanos entre 1789 e 1848, como consequência, o impacto das revoluções políticas e econômicas ocasionaram grandes mudanças sobre a propriedade e o aluguel de terra, e em relação a agricultura foi o mais catastrófico período, pois nem a revolução política nem a econômica podiam desprezar a terra, que a primeira escola de economistas, a dos fisiocratas, considerava a única fonte de riqueza, e cuja transformação revolucionária todos concordavam ser a pré-condição e consequências necessárias das sociedades burguesas, se não de todo o desenvolvimento econômico rápido, (HOBSEBAWM, 2003, p. 207/208).

Os sistemas tradicionais das relações sociais do campo em todo o mundo cobriam o fértil solo do crescimento econômico, a terra tinha que ser transformada em uma mercadoria, possuída por proprietários privados e livremente negociados por eles. A terra tinha que passar a ser propriedade de uma classe de homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, isto é, pelos seus próprios interesses e pelo lucro, a grande massa da população rural tinha que ser transformada de alguma forma, pelo menos em parte, em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento, para o crescente setor não agrícola da economia, (HOBSEBAWM, 2003, p. 209/210).

1.1.3 – REVOLUÇÃO FRANCESA E INDÚSTRIAL

A Revolução Francesa, qualificada como o maior movimento popular de reivindicação política e econômica pelo trabalho livre, frisa-se que foi genuinamente movimento de massa na articulação e reivindicações, situando-se no plano político e econômico, se vinculando, de estreito modo, ao trabalho, sendo o acontecimento de maior relevância para o advento do trabalho livre, (RUSSOMANO, 2002, p. 26).

Com a revolução francesa, em 1791, se proclamou a indignidade da escravidão (escravidão se refere nesse contexto a servidão, bem como

corporações de ofícios, que privavam em vários aspectos a liberdade dos trabalhadores), (SUSSEKIND, 2002, p. 30):

Recebendo o maior golpe com a Revolução Francesa, que proclamou a indignidade da escravidão, esta, a partir de 1857, foi também proscrita oficialmente dos territórios sob o domínio da Inglaterra. Oitenta anos depois a Liga das Nações reconhecia ainda existirem escravos na Ásia e na África, e, ainda agora, passando mais de um século, esse estigma de civilização ainda perdura em alguns pontos desses dois continentes.

Com o advento de tais fatores, uma nova era estava a se concretizar, com a aceleração da crise do regime artesanal, bem como as inovações tecnológicas, globalmente designada Revolução Industrial, sendo que a ferramenta que até então era manual passou a ser substituída pela máquina, (BARROS, 2011, p. 50):

O novo regime consagrou a liberdade para o exercício das profissões, artes ou ofícios, e conseqüentemente, para as livres contratações. Encontrava-se estribado na doutrina de Rousseau, nas doutrinas econômicas dos fisiocratas e dos clássicos ingleses, como também na escola do direito natural e da gente (...). Princípio liberal e postulados individuais atuaram como as grandes bases sobre as quais se desenvolveu todo o mecanismo das relações jurídico-laborais existentes até o aparecimento do fenômeno intervencionista.

A Revolução Industrial do século XVIII formou um conjunto de transformações decorrentes da descoberta do vapor como fonte de energia e da sua aplicação nas fábricas e meios de transportes. Com a expansão da indústria e do comércio, houve a substituição do trabalho escravo, servil e corporativo pelo trabalho assalariado em larga escala, do mesmo modo que a manufatura cedeu lugar à fábrica e, mais tarde, à linha de produção.

Mudanças nos aspectos políticos, bem como a transformação do Estado Liberal e da plena liberdade contratual em Estado Neoliberalismo propuseram ao capitalismo livremente impor, sem interferência alguma do Estado, condições para as relações de trabalho, (NASCIMENTO, 2002, p. 40/41):

Dentre os aspectos políticos o mais importante foi a transformação do Estado Liberal e da plena liberdade contratual em Estado Neoliberalista. Naquele, o capitalista podia impor, sem interferência do Estado, as suas condições ao trabalhador. Neste, o Estado intervém na ordem econômica e social limitando a liberdades plenas das partes das relações de trabalho. Formas de intervenção foram o

corporativismo e socialismo, caracterizando-se por uma presença fortemente autoritária do Estado, que transfere a ordem trabalhista para a esfera das relações de natureza pública, diversamente do neoliberalismo, que, embora restritivo da liberdade contratual, mantém as relações de trabalho no âmbito das relações de direito privado.

A revolução industrial, marco de suma importância no processo constitutivo dos direitos trabalhistas, acarretou grandes mudanças no setor produtivo e deu origem à classe operária, transformando as relações sociais, (BARROS, 2011, p. 51):

As relações de trabalho presididas pelos critérios heterônomos das corporações de ofício foram substituídas por uma regulamentação essencialmente autônoma. Surgiu daí uma liberdade econômica sem limites, com opressão dos mais fracos, gerando, segundo alguns autores, uma nova forma de escravidão. É o que se extrai do pensamento de Lacordaire: “Entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, é a liberdade que escraviza, é a lei que liberta”.

O emprego generalizado de mulheres e menores suplantou o trabalho dos homens, pois a máquina reduziu o esforço físico e tornou possível a utilização das “meias-forças dóceis”, não preparadas para reivindicar. Suportando salários ínfimos, jornadas desumanas e condições de higiene degradantes, com graves riscos de acidentes. *“O estado se portava como simples observador dos acontecimentos e, por isso, transformou-se em um instrumento de opressão contra os menos favorecidos, colaborando para a dissociação entre capital e trabalho”* (BARROS, 2011, p. 52).

O conflito entre o coletivo e o individual ameaçava a estrutura da sociedade e sua estabilidade. Surge daí a necessidade de um ordenamento jurídico mais justo de equilíbrio, (BARROS, 2011, p. 52):

Da mesma forma, foram-se manifestando determinadas ideologias, opondo-se contra os abusos da propriedade privada. Sustenta-se que, até mesmo doutrinas opostas, como o cristianismo e o marxismo, insurgiram-se contra o liberalismo, ainda que por meios diversos, pois o primeiro não poderia compactuar com um sistema que implicava a negação da dignidade humana, e o segundo porque os princípios liberais oprimiam as classes trabalhadoras.

1.2 – CAUSAS PRIMÁRIAS DE INTERVENCIONISMO DO ESTADO

As causas originárias do intervencionismo do Estado encontram-se correlacionadas com o aparecimento das populações em massa, no surgimento de uma consciência coletiva e de um sentimento de solidariedade.

A disparidade dos gêneros de vida, as desigualdades dos recursos acabam por criar como que duas humanidades diferentes: de um lado, o capitalismo industrial financeiro, bancário, favorecidos por dispositivos de lei, como na França a lei de 1867 sobre as sociedades anônimas, e, do outro lado, uma massa assalariada que não tem por si nada mais além da sua capacidade de trabalho físico, que não tem reservas nem recursos, mão-de-obra não-qualificada, vinda em linha direta do campo à busca de trabalho, obrigada a se acomodar ao primeiro serviço que encontra, (RÉMOND, 2008, p. 104/105).

Essas condições de trabalho são agravadas pelas condições de habitat. Os trabalhadores se agrupavam nos locais onde a população de maior poder aquisitivo abandonava, cujo equivalente atual é favelas. Assim, há uma centena de anos os camponeses que chegavam do campo encontravam-se numa situação semelhante à dos africanos do norte ou dos portugueses na Europa industrial de hoje, (RÉMOND, 2008, p. 105/106).

De fato, no Século XIX, a condição dos operários foi agravada por dois fatos independentes da revolução industrial, do egoísmo dos proprietários e da falta de organização dos explorados, (RÉMOND, 2008, p. 106/107).

No nosso entendimento, foi em meio à crise que estava se confeccionando os trabalhadores estavam impedidos tanto de formar associações como de coalizarem, termos que não devem ser confundidos, porque associação é duradoura, enquanto que a coalização pode ser temporária. De resto, mesmo com outras leis, as reações de defesa seriam lentas, por uma razão sociológica ligada ao fato de a classe operária ser uma

classe nova, sem tradições de luta, formada por pessoas que se encontram fora do seu meio natural.

Assim os trabalhadores tinham como primeiro objetivo a mudança na legislação, que lhe permita sair da clandestinidade e organizar-se abertamente. Pouco a pouco o movimento operário conseguirá dispositivos que autorizam um início de organização, aproveitando-se da mudança dos regimes, ou ainda graças à ajuda dos partidos, interessados em conquistar o voto dos operários à medida que o direito de votar vai se ampliando, (RÉMOND, 2008, p. 109/110/111).

Lentamente, os trabalhadores iniciaram um novo processo de rearticulação, intensificado da França, com as associações de assalariados, na busca de conquistas do interesse comum, (NASCIMENTO, 2002, p. 41):

Os trabalhadores reivindicavam através dos sindicatos e os representavam e na medida em que o direito de associação passou a ser tolerado pelo Estado, um direito que os protegesse, em especial o reconhecimento do direito de união, do qual resultou no sindicalismo; o direito de contratação, que desenvolveu em dois âmbitos, o coletivo, com as convenções coletivas de trabalho, e o individual, com a ideia do contrato de trabalho; e o direito a uma legislação em condições de coibir os abusos do empregador e preservar a dignidade do homem no trabalho, ao contrário do que ocorria com o proletariado exposto a jornadas diárias excessivas, salários infames, exploração dos menores e mulheres e desproteção total diante de acidentes no trabalho e riscos sociais como a doença, o desemprego etc.

Assim, a classe operária aproveita-se das novas conquistas legais para se organizar. Esta é a mola do movimento sindical, das *trade-unions*, na Inglaterra; das bolsas dos trabalhos, na França, que se organizam como federações por volta de 1890; dos sindicatos, que se reagruparam em 1895 numa confederação geral do trabalho, a primeira grande central sindical Francesa, (RÉMOND, 2008, p. 111/112).

Dentre os fatos históricos já expostos, se encontram três fases distintas, das quais foram essenciais para a construção do reconhecimento da classe laborativa, (LEITE, 1997, p. 27).

No período pré-histórico ou pré-industrial, encontraremos três fases distintas: a) Vinculação do homem ao homem (escravidão); b)

vinculação do homem á terra (servidão); c) vinculação do homem á profissão (corporações). Surgia ainda, neste período, outro tipo de relação de trabalho: a locação (*locatiooepriis e locatiooperarum*). Alguns sustentam ser a *locatiooperarum* precedente da relação de emprego moderna, objeto do direito do trabalho.

Partindo desta perspectiva, no que diz respeito às causas que deram origem ao reconhecimento desta classe que estava a se concretizar, á dos trabalhadores, no período histórico, propriamente dito, três acontecimentos foram de suma relevância, quais sejam; mudanças radicais na economia (Revolução industrial ao Estado Liberal – Revolução Francesa – em Estado Neoliberal – Intervenção estatal na relação de emprego); e jurista (implantação de um sistema de proteção aos trabalhadores), (LEITE, 1997, p. 27).

No período histórico propriamente dito, é que surge o Direito do trabalho. Três foram as principais causas: econômica (Revolução Industrial), política (Transformação do Estado Liberal – Revolução Francesa – em Estado Neoliberal – intervenção estatal na relação de emprego e jurídica (justa reivindicação dos trabalhadores no sentido de se implantar um sistema de direito destinado á proteção, como o direito de união, do qual resultou o sindicalismo, o direito de contratação individual e coletiva). Somada a essas causas, contribuíram decisivamente para o surgimento de Direito do Trabalho a ideia da justiça social preconizada, principalmente pela igreja católica (...).

Abordaremos agora os aspectos inerentes ao surgimento da Proteção Social, tanto na sua função social quanto positivada.

1.2.1 – DO SURGIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL

Nesse momento começa-se a pensar em um Modelo de Estado que além de intervir nas relações de organização passou a se preocupar também com a direção do processo econômico que estava se concretizando, sem deixar de ser democrático, (RUSSOMANO, 2002, p. 27):

Nesse quadro, rapidamente esboçado, os discípulos do liberalis morecuaram: abandonaram a ideia do Estado Liberal puro e admitiram que ele, sem deixar de ser democrático, pode e deve intervir, não apenas na organização, mas, igualmente, na direção do processo econômico-social. E isso, em última análise, significa que o

reconhecimento do papel intervencionista do Estado é, modernamente, o ponto de encontro de todas as doutrinas, as quais, por estradas diversas, mas convergentes, nele veem o garantidor da ordem, do êxito nacional, do progresso e da paz interna. E por esse caminho que se chegou, hoje, às formulações do neoliberalismo.

Este clima representava, como já se viu a coroação de um processo que vinha se desenvolvendo desde o final do século, crescendo da razoável expansão com as mudanças que as atividades urbanas e industriais sofreram neste período no país.

A ideia de bem estar social começasse a se concretizar, com a visão de regulação do Estado nos bens de produção dos particulares (NASCIMENTO, 2002, p. 42):

Para essas modificações contribuiu decisivamente a ideia de justiça social, cada vez mais difundida como reação contra a questão social. Dentre as fontes do pensamento que mais amplamente defenderam a ideia de Justiça Social está a doutrina social da Igreja católica, através dos seus documentos denominados Encíclicas, como o *Rerum Novarum* (1891), que iniciou uma linha desenvolvida até os nossos dias com a *Laborem Exercens* (1981). Acrescentasse ainda o papel desempenhado pelo marxismo, que pregou a união entre os trabalhadores para a construção de uma ditadura do proletariado, supressiva do capital, com a passagem prévia pela apropriação, pelo Estado, dos bens de produção (...).

Paralelamente, elaborou-se um conjunto de medidas protetoras contras os riscos sociais: seguros contra acidentes de trabalho, contra as doenças, e até, nos países em que a consciência social está à frente, sistemas de aposentadoria, (RÉMOND, 2008, p. 112).

Porém, tais medidas de proteção eram praticadas com formas genéricas, sem regulamentação legal devidamente constituída, e destinada somente a determinadas classes de trabalhadores, (BARBOSA, 1998, p. 37/38).

Caminhava-se, a partir deste momento, para uma inserção gradual do Estado de política Social. Tratava-se de uma inserção gradual, pois o que predominava ainda na segunda metade do século XIX eram associações filantrópicas e sociedades de socorros mútuos o – muitas vezes cristãs – ou então organizações de operários – geralmente os mais qualificados -, todas elas procuram proteger os trabalhadores contra os riscos de doença, velhice, acidente de trabalho e desemprego.

No entanto, no nosso entendimento, enquanto a proteção social fosse voluntária, ela não atingiria os trabalhadores de menos recursos e mais vulneráveis, tal fato ocorre somente quando o Estado assumiu a responsabilidade pela política social.

Tais melhorias sociais foram possíveis a partir do aprofundamento da ação estatal, ao atuar como autoridade externa na regulação do mercado de trabalho, juntamente com o desenvolvimento dos sindicatos que, por sua vez, cumpriram o papel de impedir que os trabalhadores negociassem apenas enquanto indivíduos – que lhes faria aceitar um salário mínimo de subsistência – impondo pisos salariais mais elevados (OLIVEIRA, 1986, p. 48).

Nestas condições a “questão social”, em especial a temática operária, suas reivindicações, passam a ser vistas sob outra luz, ocorrendo com esta nova perspectiva debates sobre o tema na sociedade, sobre uma nova era que começasse a se concretizar, assim também as questões políticas entre as elites começaram a abrir espaço para a questão social, (OLIVEIRA, 1986, p. 49):

Surgia assim, como outro elemento em jogo no complexo causal dos acontecimentos dos anos 20, a pressão dos países capitalistas centrais sobre os periféricos no sentido de que todos, em bloco, enfrentassem mais ativamente a problemática social e trabalhista nos marcos do capitalista. Ou seja, rompendo com a postura liberal frente as estas questões, onde como era o caso do Brasil, ela ainda imperava.

Sendo assim, fica evidente como é necessário relativizar a noção de “paternalismo”, para explicar a emergência de uma legislação trabalhista e social, neste sentido, da previdência social entre nós.

Denominando-se proteção social como um conjunto de medidas que com caráter social, das quais atendem as necessidades individuais, e na sua falta atingem toda a sociedade, (LEITE, 1978, p. 16):

Proteção social, portanto, é o conjunto de medidas de caráter social destinadas a atender a certas necessidades individuais; mais especificamente, às necessidades individuais que, não atendidas, repercutem sobre os demais indivíduos e em última análise sobre a sociedade. É sobretudo nesse sentido que se pode afirmar, como afirmei, que proteção social é uma modalidade de proteção individual.

Nestas condições a “questão social” vem à luz dos debates na sociedade. As campanhas presidenciais, momento privilegiado de expressão destes debates, são bom exemplo, dos novos tempos que corriam então.

2 – PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal fixou como norma, uma série de princípios e objetivos regentes da Seguridade Social, previstos no art. 194, em sete incisos, os chamados princípios constitucionais da seguridade social, (LAZZARI, 2005, p. 58):

Proclamada a autonomia do Direito Previdenciário, incumbe apresentar os princípios pelos quais se norteia este ramo do direito. É certo que princípios são uma ideia mais generalizada, que inspira outras normas jurídicas de certo ramo do direito; é fundamento da construção escalonada da ordem jurídico-positiva em certa matéria. As regras ordinárias, portanto, devem estar embebidas destes princípios, sob pena de se tornarem letra morta, ou serem banidas do ordenamento.

Especificadamente cada princípio teve e tem um papel essencial na concretização da proteção social que estava se consolidando em todos os países (CORREIA, 2007, p. 96): *“Existem alguns princípios universais que, ainda que aplicáveis a todos os ramos devam ser observados na seguridade social, como o princípio da igualdade e da liberdade. Aliás, estes são princípios que fundam qualquer sistema de seguridade social”*.

A previdência social surgiu quando o homem percebeu, tendo em vista a nova dimensão que o sistema econômico tomava, que sozinho não poderia suportar o peso dos encargos produzidos pelos riscos sociais.

2.1 – PRÍNCÍPIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

O início mais remoto da solidariedade social foi quando o homem deixou a horda como aglomerado humano e organizou-se no grupo preparatório da sociedade, tendo e processando de mútua ajuda, não só de seus familiares, mas sim de toda a sociedade que se formava a sua volta, (MARTINEZ, 2001, p. 76):

A solidariedade social é projeção de amor individual, exercitado entre parentes e estendido ao grupo social. O instinto animal de preservação da espécie, sofisticado e desenvolvido no seio da família, encontra na organização social ambas possibilidades de manifestação (...) a solidariedade é quase instintiva. Vencendo o natural egoísmo, quem ajuda o próximo um dia poderá ser ajudado. Suplantado o individualismo, a pessoa integra-se na sociedade. Essa ajuda, sem perspectiva de reciprocidade, é moral; com certeza de reciprocidade, é seguro social.

A solidariedade familiar é a primeira fonte de assistência conhecida, à qual se recorre quando da instalação da necessidade; só depois intervêm técnicas de proteção sociais mais elaboradas.

Partindo desta perspectiva o princípio da Solidariedade Social é o princípio basilar da toda a proteção social que temos hoje no ordenamento jurídico, tal princípio difere-se dos demais, pois não está classificado como técnico, tão pouco como básico, e sim como uma diretriz superior, (MARTINEZ, 2001, p. 74):

Na previdência social basicamente a solidariedade social significa contribuição da maioria em benefício da minoria e, assim, num dado momento, todos contribuem e, noutro, todos se beneficiam da contribuição da coletividade. É ideia simples: cada um se beneficia de sua própria contribuição.

A solidariedade social tem por limite a sociedade. Seu alcance corresponde à universalidade da técnica de proteção social considerada. Enorme no grupo social, maior ainda na seguridade social. Tais fatos foram norteadores de vários outros princípios, subjacente ao da solidariedade, com o fim de regular essa nova perspectiva de tutela social que estava se formando; a previdência social, que dentre outros tem seus princípios básicos os seguintes:

2.2 – PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO¹

O princípio da Universalidade da cobertura e do atendimento discorre que a Seguridade deve contemplar todas as contingências sociais que geram necessidade de proteção social das pessoas, (LAZZARI, 2005, p.58):

Por universalidade da cobertura entende-se que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja permanente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite. A universalidade do atendimento significa, por seu turno, a entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem, tanto em termos de Previdência Social-obedecido o princípio contributivo – como no caso da saúde e da assistência social.

Neste sentido, denota-se que tal princípio limita-se sua abrangência aos contribuintes, ou seja, quem financia o seu seguro social terá direito a proteção social, caso contrário ficará a mercê das tutelas públicas.

A clientela protegida no seguro social é dos beneficiários, determinados na legislação, como dos segurados e seus dependentes, tanto na seguridade quanto no seguro social é presente a ideia de clientela protegida, reunião de destinatários da técnica de proteção social correspondente, (MARTINEZ, 2001, p.107):

A universalidade é limitada no seguro social e praticamente ilimitada na seguridade social, embora se tenha como certo, mesmo nesta última, haver algum controle quanto a dimensão e características da clientela protegida, pois os encargos crescem na razão direta desses destinatários.

No seguro social, a determinação da dimensão do conjunto é igualmente necessária, traduzindo-se conhecimento do número de beneficiários. Daí o princípio da obrigatoriedade da inscrição.

¹ Vide artigo 194, parágrafo único, inciso I, da Constituição da República.

2.3 – PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS ÀS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS

O princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais está contemplado no art. 7 da Constituição federal, discorrendo que haverá uniformidade nos serviços e benefícios aos contribuintes, tanto para trabalhadores rurais quanto aos urbanos, (LAZZARI, 2005, p. 59):

O mesmo princípio já contemplado no art. 7 da carta trata de conferir tratamento uniforme a trabalhadores urbanos e rurais, havendo assim idênticos benefícios e serviços (uniformidade), para os mesmos eventos cobertos pelo sistema (equivalência). Tal princípio não significa, contudo, que haverá idêntico valor para os benefícios, já que equivalência não significa igualdade. Os critérios para a concessão das prestações de seguridade social serão os mesmos; porém, tratando-se de previdência social, o valor de um benefício pode ser diferenciado.

Tal princípio também se denota do artigo 194, parágrafo único, inciso II, da Constituição da República, garantindo-se a isonomia formal e material entre trabalhadores urbanos e rurais, os quais, ambos, são detentores de dignidade humana e laboral².

2.4 – PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE NA PRESTAÇÕES DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

O princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços pressupõe que tais benefícios serão concedidos somente a quem efetivamente necessite, por isso deve a própria seguridade social (entenda-se

² Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já sinalizou intolerância contra práticas normativas estabelecidas de discriminações imotivadas entre trabalhador urbano e rural, *in verbis*: "Trabalhador rural. Contagem do tempo de serviço. Período anterior à edição da Lei 8.213/1991. Recolhimento de contribuição: pressuposto para a concessão de aposentadoria. Impossibilidade. Tempo de serviço rural anterior à edição da Lei 8.213/1991. Exigência de recolhimento de contribuição como pressuposto para a concessão de aposentadoria. Impossibilidade. Norma destinada a fixar as condições de encargos e benefícios, que traz em seu bojo proibição absoluta de concessão de aposentadoria do trabalhador rural, quando não comprovado o recolhimento das contribuições anteriores. Vedação não constante da Constituição do Brasil. Precedente: ADI 1.664, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 19-2-1997."

(**RE 344.446-AgR**, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 23-10-2007, Segunda Turma, DJ de 30-11-2007.), acesso em 08/06/2012.

seguridade como o próprio órgão regulamentador) apontar os requisitos para a sua concessão, (LAZZARI, 2005, p.59):

Não há um único benefício ou serviço, mas vários, que serão concedidos e mantidos de forma seletiva, conforme a necessidade da pessoa. Por distributividade, entende-se o caráter do regime da repartição, típico do sistema brasileiro, embora o princípio distributividade, inserido na ordem social, é de ser interpretado em sentido de distribuição de renda e bem-estar social, ou seja, pela concessão de benefícios e serviços visa-se ao bem-estar e à justiça social (art. 193 da carta magna).

Por seleção de prestações se entende a escolha, por parte do legislador, de um plano de benefícios compatível com a força econômico-financeira do sistema de limites das necessidades do indivíduo programáveis, privilegiando as incapacidades em comparação a outras contingências protegíveis. Isto é, o rol de benefícios deve otimizar as coberturas imprescindíveis com vistas na maior proteção possível, (MARTINEZ, 2001, p. 176):

A seleção não significa apenas a escolha das prestações, mas também as condições de concessão e a clientela protegida, justificando as pesquisas elaboradas pelo Congresso Nacional da direção de uma revisão da aposentadoria especial.

O mesmo dispositivo constitucional da seletividade fala na distributividade das prestações. Referindo-se a qualidade dos direitos concebidos a favos dos mais necessitados.

2.5 – PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE NO VALOR DOS BENEFÍCIOS

A irredutibilidade do valor dos benefícios é um princípio que teve suas origens no princípio da intangibilidade do salário no direito do trabalho, demonstrando que os benefícios pagos pela assistência social não podem ter seu valor reduzido, (LAZZARI, 2005, p. 59/60):

Princípio equivalente ao da intangibilidade do salário dos empregados e dos vencimentos dos servidores, significa que o benefício legalmente concedido pela previdência social ou pela Assistência Social não pode ter seu valor nominal reduzido, não podendo ser objeto de desconto, salvo os determinados por lei ou ordem judicial.

O Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios não foi criado, mas expresso pela Constituição Federal. Embora o Poder Judiciário tivesse demorado em perceber a diferença entre o direito formal a determinada importância e o poder aquisitivo do seu valor, a idéia de diminuir, em termos reais, o poder de compra dos benefícios arrostando e arrosta o princípio do direito adquirido, (MARTINEZ, 2001, p. 175):

Quando a Carta Magna fala em “conforme critérios definidos em lei”, não outorga o legislador ordinário poder oferecer índices inferiores ao da inflação e, sim, estabelecer datas-bases, critérios variados de compensação, sempre submetida à distinção entre remuneração e aposentadoria: o nível de alimentariedade desta última, superior ao dos ingressos do trabalhador na atividade, não autoriza a descumprir a mensalidade dos benefícios.

Por isso, a irredutibilidade consiste na base da contribuição, para definir o valor do benefício correspondente³.

³ É de se sublinhar que a aplicação deste princípio à resolução dos problemas envolvendo o órgão de administração da Previdência e o segurado, a respeito da irredutibilidade, não tem sido muito favorável ao segurado, tendo em vista o uso de vários artifícios contábeis que, a par de se reputar redutores, assim não tem sido reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, os acórdãos abaixo enumerados, *in verbis*: "Reajuste de benefício de prestação continuada. Índices aplicados para atualização do salário-de-benefício. Arts. 20, § 1º e 28, § 5º, da Lei 8.212/1991. Princípios constitucionais da irredutibilidade do valor dos benefícios (art. 194, IV) e da preservação do valor real dos benefícios (art. 201, § 4º). Não violação. Precedentes. Agravo regimental improvido. Os índices de atualização dos salários-de-contribuição não se aplicam ao reajuste dos benefícios previdenciários de prestação continuada." (**AI 590.177-AgR**, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 6-3-2007, Segunda Turma, *DJ* de 27-4-2007.), acesso em 08/06/2012.

"Recurso. Extraordinário. Benefício previdenciário. Reajuste. Plano de Custeio e Benefícios. Lei 8.213/1991. Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios (Art. 194, IV, da CF). Não violação. Precedentes do STF. Agravo regimental improvido. O critério de reajuste dos benefícios previdenciários, previsto no inciso II do art. 41 da Lei 8.213/1991, substituído pelo § 1º do art. 9º da Lei 8.542/1992, e, pelo § 4º do art. 29 da Lei 8.880/1994, não viola o princípio estampado no art. 194, IV, da CF." (**AI 548.735-AgR**, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 18-12-2006, Segunda Turma, *DJ* de 23-2-2007.), acesso em 08/06/2012.

"Conversão do benefício para URV. Observância das Leis 8.542/1992, 8.700/1993 e 8.880/1994. Inconstitucionalidade da palavra 'nominal' contida no inciso I do art. 20 da Lei 8.880/1994, por ofensa à garantia constitucional do direito adquirido (CF, art. 5º, XXXVI). Improcedência. O referido vocábulo apenas traduz a vontade do legislador de que no cálculo da média aritmética do valor a ser convertido para a nova moeda fossem considerados os reajustes e antecipações efetivamente concedidos nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994." (**RE 313.382**, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 26-9-2002, Plenário, *DJ* de 8-11-2002.) **No mesmo sentido: AI 587.822-AgR**, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 14-9-2010, Segunda Turma, *DJE* de 3-11-2010; **AI 720.695-AgR**, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 8-6-2010, Segunda Turma, *DJE* de 25-6-2010;

2.6 – PRINCÍPIO DA EQUIDADE NA FORMA DA PARTICIPAÇÃO DE CUSTEIO

O Princípio da equidade na forma de participação no custeio trata-se de norma principiológica em sua essência, visto que a participação equitativa de trabalhadores, empregadores e poder público no custeio da seguridade social é meta, objetivo e não regra concreta, (MARTINEZ, 2001, p. 149):

Trata-se de norma securitária abundante, praticamente desnecessária diante do art. 150, II, da CF/88 onde prescrita regra exacional universal, a vedação da instituição de “tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos”, isto é a igualdade fiscal.

Com a adoção desse princípio, busca-se garantir que aos hipossuficientes seja garantida a proteção social, exigindo-se dos mesmos, quando possível, contribuição equivalente a seu poder aquisitivo, enquanto a contribuição empresarial tende a ter maior importância em termos de valores e percentuais na receita da seguridade social (GOES, 2008, p. 13):

Esse princípio é um desdobramento do princípio da igualdade (CF/88, art. 5º), que consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida das suas desigualdades. Tratar com igualdade os desiguais seria aprofundar as desigualdades; não é esse o objetivo da seguridade social.

Por ter a classe empregadora maior capacidade contributiva, adota-se em termos, o princípio da progressividade, existente no direito tributário, no tocante ao imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza: *“Em razão disso a empresa passou a contribuir sobre o faturamento mensal e o lucro líquido, além de verter contribuição incidente sobre a folha de pagamento”* (LAZZARI, 2005, p. 60).

2.7 – PRÍNCÍPIO DA DIVERSIDADE DA BASE DE FINANCIAMENTO

O Princípio da diversidade da base de financiamento, outro princípio de suma importância para a criação da proteção social, faz referência que a receita da Seguridade Social leva em conta não somente as fontes pagadoras dos trabalhadores, empregadores e poder público, (LAZZARI, 2005, p. 61): “Assim, com base nesse princípio, existe a contribuição social incidente sobre receita de concursos de prognósticos, e a própria constituição provisória sobre movimentação financeira – CPMF.”, (MARTINEZ, 2001, p. 150):

Trata-se de uma constatação histórica transformada em preceito ao legislador ordinário. Desde a Lei Eloy Chaves (1923) a previdência Social busca a pluralidade de recursos, na tentativa de definir o seguro social com a participação do indivíduo na sociedade.

Com a adoção deste princípio, está prejudicada a possibilidade de estabelecer-se o sistema não contributivo, decorrente da cobrança de tributos não vinculados, visto que o financiamento deve ser feito por meio de diversas fontes e não por meio da fonte única.

Significando, pode o legislador ordinário buscar múltiplas fontes de custeio, obviamente diferenciadas, compromissadas tão-somente com a técnica protetiva desejada.

3 -EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL NO MUNDO

A evolução histórica da proteção social teve seu marco inicial na assistência mútua familiar. Pais, cônjuges, irmãos e filhos providenciaram auxílio para aqueles componentes da família que não tinham mais condições para trabalhar. Nesse sentido, a proteção social aos necessitados começou no seio da célula-mãe da sociedade: a família, (OLIVEIRA, 2006, p. 29):

A rigor, no sistema desenvolvido, as pessoas se reuniam de modo voluntário e contribuíram com um determinado valor para um fundo de reserva, de modo que, com os recursos vertidos, todos os componentes poderiam ter acesso a um benefício em caso, por exemplo, de incapacidade para trabalhar. A este modo de prevenção social denominou-se mútuo.

No ano de 1601, o Estado começou nesta proteção, que até então era eminentemente privado e limitado. O marco inicial desta intervenção estatal foi por intermédio de uma Lei Inglesa, denominada “poorreliefact” (Lei dos Pobres), da qual em face da sua tutela nascia a contribuição compulsória para a criação e manutenção de um sistema de proteção aos necessitados e carentes. Essa lei é tida como o marco do assistencialismo mundial (TSUTIYA, 2007, p. 3).

Diante de tais fatos, podemos resumir afirmando que a primeira fase da evolução do sistema de proteção social foi marcada pela criação das fontes de custeio de todo o sistema.

A segunda fase foi caracterizada pelo desenvolvimento da estrutura da proteção social, caracterizada pela abrangência na cobertura para além das fronteiras da indústria, culminando com a extensão da proteção social aos membros de uma determinada categoria de trabalhadores, tendo sedimentado o sistema com variantes de cobertura e atendimento do que propriamente mudança estrutural do que fora até então implantado, *“A ideia era atribuir ao Estado uma participação ativa e significativa nas ações voltadas para a assistência social, saúde e a previdência. Estavam, assim, lançadas as bases para a segurança social, o que no Brasil se denominou “seguridade social” (OLIVEIRA, 2006, p. 21)”*.

Com este plano criava-se o *WelfareState*, ou Estado de bem-estar social.

3.1 – EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A formação do sistema de proteção social no Brasil aconteceu de forma similar ao Europeu, passando por um longo processo de reconhecimento da necessidade da intervenção do Estado para suprir as deficiências da liberdade absoluta, partindo ao assistencialismo para o Seguro Social,

consequentemente para a formação da seguridade social, (OLIVEIRA, 2006, p. 21):

Em termos de evolução do sistema da segurança e proteção social no Brasil, a rigor, não vimos diferenças essenciais em relação ao que foi adotado ao mundo. A participação da família, o mutualismo, participação da igreja e, ao final, a intervenção estatal, guardadas as devidas proporções, seguiram o mesmo caminho.

Pelo apanhado entre os doutrinadores o Brasil confeccionou e conheceu as primeiras regras ao que podemos chamar hoje de previdência social apenas no século XX, antes disso apesar de algumas previsões constitucionais discorrerem sobre a matéria, apenas legislações em diplomas isolados aparecem alguma forma de proteção.

A grande semelhança que se observa no âmbito mundial foram as primeiras formas de proteção social dos indivíduos no Brasil, das quais tinham um caráter eminentemente beneficente e assistencial, assim ainda no período colonial, tem-se criação das Santas Casas de Misericórdia, sendo a mais antiga aquela fundada no Porto de São Vicente, depois Vila dos Santos (1543), das quais estabeleciam planos de Beneficência dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha (TSUTIYA, 2007, p. 4).

Segundo pesquisas realizadas, o primeiro texto em matéria de previdência social no Brasil foi expedido em 1821, *“pelo ainda príncipe regente, Dom Pedro de Alcântara. Trata-se de um Decreto de 1º de outubro daquele ano, concedendo aposentadoria aos mestres e professores, após 30 anos de serviço, e atividade, (OLIVEIRA, 1996, p. 91)”*.

E ainda afirmava que *“As corte gerais e extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, reconhecendo que hum dos meios de promover a Instituição pública é contemplar as pessoas que dela são encarregadas, (GURGEL, 2007, p. 21)”*.

Tal Decreto tem a seguinte redação, aplicável ao tema em praxe:

Art. 1º Os professores e Mestres Regios, de um e outro sexo, de primeiras Letras, Grammatica Latina e Grega, Rhetorica e Filosofia, que por espaço de trinta anos contínuos, ou interpolados, houverem

regido louvavelmente, e sem nota, as suas respectivas cadeiras, serão jubilados com o vencimento de todo o ordenado.

Ao nosso entendimento, a Previdência Social estava no início da sua regulação, com legislação e plano de custeio próprios e definidos.

3.2 – O DESENVOLVIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

3.2.1 - CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824⁴

Referindo-se ao constitucionalismo de tais mecanismos de proteção, a “Constituição Política do Império do Brasil”, de 1824, teve total influência do liberalismo do século XVIII, tendo como sua principal característica a restrição da atuação do Estado em sua própria auto-organização e à proteção e tutela dos direitos civis individuais, (LAZZARI, 2009, p. 62):

A Constituição de 1824 – art. 179, XXXI – mencionava a garantia dos socorros públicos, em normas meramente programáticas; o Código Comercial, de 1850, em seu art. 79, garantia por três meses a percepção de salários do preposto acidentado sendo que desde 1835 já existia o Montepio Geral da Economia dos servidores do Estado (MONGERAL) – primeira entidade de previdência privada no Brasil.

A grande peculiaridade da Constituição de 1824 é que ela foi a pioneira (antes da Constituição belga de 1831) a consagrar em seu texto uma declaração fazendo referencia a direitos e garantias fundamentais, previsto em seu art. 179.

Apesar da referida previsão, não existiu a utilidade prática de tal dispositivo, levando em consideração que os cidadãos não dispunham de meios para exigir o devido cumprimento de tais dispositivos, ou seja, apesar de previsto constitucionalmente, o direito aos “socorros políticos” não era adotado de exigibilidade, (TSUTIYA, 2007, p. 8):

⁴ Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

(...)

XXXI. A Constituição também garante os socorros públicos.

A primeira Constituição preconizava a instituição de socorros públicos para de quem deles necessitasse. Em 1835 foi criado o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Montegeral), no sistema mutualista. Além deste, o Código Florestal, no art. 79, garantia remuneração de três meses para comerciantes acidentados.

Ao nosso entendimento, não há de se negar seu valor histórico da inserção de direitos relacionados à Previdência Social no texto constitucional daquele período, sendo de suma relevância (por exigir uma participação do estado), ter encontrado proteção constitucional já nessa época.

3.2.2 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1891⁵

A “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”, de 1891, foi inspirada no constitucionalismo norte-americano, buscando implantar o modelo federalista de Estado. Foi a mais sintética de nossas constituições, com apenas 91 artigos.

Tal Constituição foi promulgada, cujos dispositivos fundamentais se consistiam em “*forma de governo, divisão de poderes dos quais deveriam ter atuação e independência, (GURGEL, 2007, p. 27)*”, coincidentemente, durante sua vigência, que o sistema previdenciário brasileiro começou a se desenvolver de forma concreta em nossa legislação ordinária, primeiramente pelo funcionalismo público e depois alcançando as categorias mais organizadas do setor privado.

A previsão da matéria constitucional relacionada à previdência estava constante no Art. 5º, discorrendo sobre a obrigação da União de prestar

⁵ art. 75 - A aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 7º - É concedida a D. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil, uma pensão que, a contar de 15 de novembro de 1889, garanta-lhe, por todo o tempo de sua vida, subsistência decente. O Congresso ordinário, em sua primeira reunião, fixará o quantum desta pensão.

socorros aos Estados em calamidade pública, quando o Estado atingido á solicitava, bem como no art. 75, do qual discorria sobre a aposentadoria por invalidez dos funcionários públicos.

Referindo-se ainda ao Art. 75 cumpre ressaltar que tal aposentadoria não era condicionada á base de contribuição, sendo custeada de forma exclusiva e integral pelo estado.

Em 1892, a Lei n. 217, de 29 de novembro, instituiu a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte dos operários do Arsenal de Marinha de Rio de Janeiro, *“os auditores de guerra e de marinha só perdem seus logares em virtude de sentença passada em julgado e teem direito de fazer monte-pio como empregados civis dos respectivos ministérios nos termos do Decreto n° 1.318, de 20 de janeiro de 1891, (GURGEL 2007, p. 27)”*.

A grande semelhança existente entre tais aposentadorias é que ambas não pertenciam a um regime previdenciário específico, pois os beneficiários não contribuía durante o período de atividade, sendo concedidas, também esta última, de forma graciosa pelo Estado, não se falando até então de Previdência Social (TSUTIYA, 2007, p. 8).

A primeira Lei que fazia referencia a proteção do trabalhador contra acidentes do trabalho foi confeccionada no ano 1919; antes, o trabalhador acidentado tinha apenas como norma a lhe proteger o art. 159 do antigo Código Civil, vigente a partir de 1917.

3.2.2.1 - LEI ELOY CHAVES

Referindo-se agora sobre o desenvolvimento da legislação previdenciária brasileira, é unanimidade a consideração como marco inicial da Previdência Social a publicação do Decreto Legislativo nº 4.682, de 24.1.23, conhecido como Lei Eloy Chaves, a qual criava Caixas de Aposentadoria e Pensões nas empresas de estradas de ferro, mediante contribuições dos

trabalhadores e pensão a seus dependentes em caso de morte do segurado, além de assistência médica e diminuição no custo dos medicamentos, (STEPHANES, 1994, p. 94).

Salienta-se, contudo, que, antes mesmo da Lei Eloy Chaves, já existia o Decreto n. 9.284, de 30.12.11, que instituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários da casa da moeda, abrangendo, portanto os então funcionários públicos daquele órgão. A Lei Eloy Chaves criou, de fato, a trabalhadores vinculados a empresas de privadas, entidades que se aproximam das hoje conhecidas entidades fechadas de previdência complementar, ou fundos de pensão, já que se constituíam nas empresas (TSUTIYA, 2007, p. 9).

Tal mecanismo de contribuição tinha um método de funcionamento grande organização técnica, marcando uma nova fase da Previdência Social, (GURGEL, 2007, p. 31):

É considerada como ponto de partida da Previdência Social Brasileira e da proteção social com aposentadoria, pensão, assistência médica e auxílio farmacêutico. A primeira instituição criada foi a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Great Western do Brasil, em 20 de março de 1923. As caixas possuíam organização técnica assemelhada à atuarial com que operavam as companhias de seguros, marcando uma fase da Previdência Social caracterizada pela iniciativa das classes, com legislação própria.

A Lei Eloy Chaves tinha como características três aspectos fundamentais, quais seja: a obrigatoriedade de participação dos trabalhadores no sistema, a contribuição para o sistema, devida tanto pelo empregado quanto pelo empregador, ficando o Estado responsável pela regulamentação e supervisão do sistema, e por ultimo, um rol de prestações definidas em lei, tendentes a proteger o trabalhador que não pudesse laborar por tempo determinado, ou em caso de morte do mesmo, assegurando-lhe a subsistência, (PEREIRA NETO, 2002, p. 36):

Em seguida ao surgimento da Lei Eloy Chaves, criaram-se outras Caixas em empresas de diversos ramos de atividade econômica (...) em face de algumas irregularidades, passa a estrutura, pouco a

pouco, a ser reunida por categoria profissional surgindo os Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Os principais fundamentos do Decreto nº 4.682 são os seguinte:

(...)

Art. 3º - Formação os fundos da caixa:

- a) uma contribuição mensal dos empregados, correspondente a 3% dos respectivos vencimentos;
- b) uma contribuição anual da empresa, correspondente a 1% da sua renda bruta;
- c) a soma de produzir um montante de 11/2% sobre as tarifas da estrada do ferro;
- d) as importâncias das joias pagas pelo empregado na data da criação da caixa e pelos admitidos posteriormente, equivalentes a um mês de vencimentos e pagas em 24 prestações mensais;
- e) as importâncias pagas pelos empregados correspondentes à diferença no primeiro mês de vencimento, quando promovidos ou argumentados de vencimentos, pagas também em 24 prestações mensais;
- f) o importe das somas pagas a maior e não reclamadas pelo público dentro do prazo de um ano;
- g) as multas que atinjam o público ou pessoal;
- h) as verbas sob rubrica de venda de papel velho e varreduras;
- i) os donativos e legados feitos à caixa;
- j) os juros dos fundos acumulados.

(...)

Nota-se que a referida lei Eloy Chaves foi o marco inicial para a construção da previdência social que hoje temos no sistema Brasileiro, da qual, apesar de restringir a sua tutela, deu a noção de um modelo que mais tarde iria se desenvolver, aperfeiçoar e concretizar, dando abrangência da sua proteção a todas as classes laborativas.

3.2.3 - CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1934

A primeira instituição brasileira de previdência social propriamente dito no âmbito nacional, levando em consideração a atividade econômica exercida, foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, criada em 1933, pelo decreto nº 22.872, de 29 de junho daquele ano. Seguindo pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e o Instituto e Pensões dos Industriários, em 1936, bem como o Instituto dos Servidores do Estado e dos Empregados em Transportes e Cargas, estes em 1938, (GURGEL, 2007, p. 33):

A Lei nº 5.109 de 20 de dezembro de 1926, estendeu o sistema de CAPs aos trabalhadores portuários e marítimos, mas seus fundos só entraram em vigor em 1931; estabeleceu as atribuições dos Conselhos de Administração das CAPs; alterou a Lei Eloy Chaves, não só em relação aos benefícios mas também quanto ao custeio; adotou o mecanismo de recurso ao Conselho Nacional do Trabalho sobre as decisões das CAPs, de fiscalização das aplicações das CAPs e fiscalização das contribuições das empresas; permitiu a absorção de Caixas Benéficas pelas CAPs e criou uma Contadoria Central para cada CAP.

Tal Constituição (a de 1934), nesta conjuntura, propugna como fundamento a “organização um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico”. O Título IV, que trata da Ordem Econômica e Social, inicia-se em seu artigo 115 pelo condicionamento da ordem econômica aos “princípios da Justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna” (CORREIA, 2007, p. 111).

O direito à previdência social para os trabalhadores em geral é assegurado no artigo 121, § 1º, alínea “h”, através de “instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte”.

Nesse sentido, fica claro que já há uma previsão na legislação para a participação no custeio da previdência social envolvendo o Poder Público (União), os empregadores e os empregados.

Na década de 1930 são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que englobam toda uma categoria profissional, superando o sistema anterior das pequenas Caixas de Aposentadorias e Pensões, que eram formadas ao nível de empresas, com pequena cobertura previdenciária.

Entre toda a construção legislativa que se somaram ao texto Constitucional já existente, citamos os mais relevantes:

a) Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos - IAPM (Decreto nº 22.872/1933).

b) Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciais - IAPC (Decreto nº 24.273/1934).

c) Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários - IAPB (Decreto nº 24.615/1934).

d) Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI (Lei nº 367/1936).

e) Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado - IPASE (Decreto-Lei nº 288/1938).

f) Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas - IAPTEC (Decreto-Lei nº 651/1938).

O referido texto constitucional de 1934 foi o primeiro a estabelecer a forma tripartite de custeio, da qual se dividia em contribuição do empregado, do empregador e do Poder Público, estabelecendo, no art. 121, do título V premissas da ordem econômica e social, (GURGEL, 2007, p. 37)⁶:

⁶ Art 5º - Compete privativamente à União:

(...)

XIX - legislar sobre:

c) normas fundamentais do direito rural, do regime penitenciário, da arbitragem comercial, da assistência social, da assistência judiciária e das estatísticas de interesse coletivo;

Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência públicas;

(...)

V - fiscalizar a aplicação das leis sociais;

Art 33 - Nenhum Deputado, desde a expedição do diploma, poderá:

(...)

§ 3º - Durante as sessões da Câmara, o Deputado, funcionário civil ou militar, contará, por duas Legislaturas, no máximo, tempo para promoção, aposentadoria ou reforma, e só receberá dos cofres públicos ajuda de custo e subsídio, sem outro qualquer provento do posto ou cargo que ocupe podendo, na vigência do mandato, ser promovido, unicamente por antigüidade, salvo os casos do art. 32, § 2º.

Art 39 - Compete privativamente ao Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República:

(...)

8) legislar sobre

(...)

d) licenças, aposentadorias e reformas, não podendo por disposições especiais concedê-las nem alterar as concedidas;

Art 64 - Salvas as restrições expressas na Constituição, os Juízes gozarão das garantias seguintes:

a) vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão em virtude de sentença judiciária, exoneração a pedido, ou aposentadoria, a qual será compulsória aos 75 anos de idade, ou por motivo de invalidez comprovada, e facultativa em razão de serviços públicos prestados por mais de trinta anos, e definidos em lei;

Art 104 - Compete aos Estados legislar sobre a sua divisão e organização judiciárias e prover os respectivos cargos, observados os preceitos dos arts. 64 a 72 da Constituição, mesmo quanto à requisição de força federal, ainda os princípios seguintes:

(...)

§ 5º - O limite de idade poderá ser reduzido até 60 anos para a aposentadoria compulsória dos Juízes e até 25 anos, para a primeira nomeação.

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

(...)

h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte;

Art 131 - É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, políticas ou noticiosas a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Estes e as pessoas jurídicas não podem ser acionistas das sociedades anônimas proprietárias de tais empresas. A responsabilidade principal e de orientação intelectual ou administrativa da imprensa política ou noticiosa só por brasileiros natos pode ser exercida. A lei orgânica de imprensa estabelecerá regras relativas ao trabalho dos redatores, operários e demais empregados, assegurando-lhes estabilidade, férias e aposentadoria.

Art 170 - O Poder Legislativo votará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo às seguintes normas, desde já em vigor:

(...)

3º) salvo os casos previstos na Constituição, serão aposentados, compulsoriamente os funcionários que atingirem 68 anos de idade;

4º) a invalidez para o exercício do cargo ou posto determinará a aposentadoria ou reforma, que, nesse caso, se contar o funcionário mais de trinta anos de serviço público efetivo, nos termos da lei, será concedida com os vencimentos integrais;

5º) o prazo para a concessão da aposentadoria com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar;

6º) o funcionário que se invalidar em consequência de acidente ocorrido no serviço será aposentado com vencimentos integrais, qualquer que seja o seu tempo de serviço; serão

(...)

h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e por instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; (...)

§ 8º Nos acidentes do trabalho em obras públicas da União, dos Estados e dos municípios, a indenização será feita pela folha de pagamento, dentro de quinze dias depois da sentença, da qual não se admitirá *ex officio*.

À luz do nosso entendimento a Constituição de 1934 teve vida vigência bastante resumida, uma vez que pouco mais de três anos após a sua promulgação ocorreu o golpe de Estado que deu início ao período do Estado Novo e foi outorgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.

também aposentados os atacados de doença contagiosa ou incurável, que os inabilite para o exercício do cargo;

7º) os proventos da aposentadoria ou jubilação não poderão exceder os vencimentos da atividade;

Art 172 - É vedada a acumulação de cargos públicos remunerados da União, dos Estados e dos Municípios.

(...)

§ 2º - As pensões de montepio e as vantagens, da inatividade só poderão ser acumuladas, se reunidas, não excederem o máximo fixado por lei, ou se resultarem de cargos legalmente acumuláveis.

(...)

§ 4º - A aceitação de cargo remunerado importa à suspensão dos proventos da inatividade. A suspensão será completa, em se tratando de cargo eletivo remunerado, com subsídio anual; se, porém, o subsídio for mensal, cessarão aqueles proventos apenas durante os meses em que for vencido.

3.2.4– CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1937⁷

No que se refere à previdência social, a Constituição de 1937 não promoveu grandes alterações em relação às disposições que já constavam do texto da Constituição de 1934.

Merece ser destacado o art. 137, alínea “m” que instituiu seguros em decorrência de acidente de trabalho, sendo eles os seguros de vida, de invalidez e de velhice, bem como o conteúdo do art. 177, norma típica de um Estado totalitário, que permitiu a aplicação de uma espécie de “aposentadoria

⁷ Art 16 - Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias:

(...)

XVII - o regime de seguros e sua fiscalização;

Art 91 - Salvo as restrições expressas na Constituição, os Juízes gozam das garantias seguintes:

a) vitaliciedade, não podendo perder o cargo a não ser em virtude de sentença judiciária, exoneração a pedido, ou aposentadoria compulsória, aos sessenta e oito anos de idade ou em razão de invalidez comprovada, e facultativa nos casos de serviço público prestado por mais de trinta anos, na forma da lei;

Art 137 - A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos:

(...)

m) a instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho;

n) as associações de trabalhadores têm o dever de prestar aos seus associados auxílio ou assistência, no referente às práticas administrativas ou judiciais relativas aos seguros de acidentes do trabalho e aos seguros sociais.

Art 156 - O Poder Legislativo organizará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo aos seguintes preceitos desde já em vigor:

(...)

d) serão aposentados compulsoriamente com a idade de sessenta e oito anos; a lei poderá reduzir o limite de idade para categorias especiais de funcionários, de acordo com a natureza do serviço;

e) a invalidez para o exercício do cargo ou posto determinará aposentadoria ou reforma, que será concedida com vencimentos integrais, se contar o funcionário mais de trinta anos de serviço efetivo; o prazo para a concessão da aposentadoria ou reforma com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar;

f) o funcionário invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço será aposentado com vencimentos integrais, seja qual for o seu tempo de exercício;

g) as vantagens da inatividade não poderão, em caso algum, exceder às da atividade;

Art 177 - Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime.

Art 182 - Os funcionários da Justiça Federal, não admitidos na nova organização judiciária e que gozavam da garantia da vitaliciedade, serão aposentados com todos os vencimentos se contarem mais de trinta anos de serviço, e se contarem menos ficarão em disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço até serem aproveitados em cargos de vantagens equivalentes

compulsória” aos funcionários públicos que de alguma forma fossem contrários ou inconvenientes ao regime:

Art 177 - Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime.

Ainda trouxe apenas tendo por particularidade a utilização da expressão “Seguro Social”. *“As normas que indicam uma existente neste império, segundo a qual a extensão de benefícios no Brasil, parte sempre de uma categoria para a coletividade, inicia-se no serviço público para depois se estenderem aos trabalhadores da iniciativa privada, (LAZZARI, 2009, p. 64)”*.

A Lei nº 429, de 29 de Abril de 1937, estendeu o montepio militar do exército criado pelo Decreto nº 695, de 28 de agosto de 1890, à Polícia Militar do Distrito Federal e Território do Acre e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, *“O pessoal dessas corporações, que já contribuía para o montepio civil, poderá optar entre instituto e o do montepio militar, sem direito a restituições de quantias pagas, (GURGEL, 2007, p. 38)”*.

Porém, não obstante a falta de inovação no plano Constitucional, não se pode dizer o mesmo no plano infraconstitucional, tendo em vista que vários documentos, sob a vigência da Constituição de 1937, foram editados.

O primeiro documento legal editado sob a vigência desta Constituição foi o Decreto-Lei n. 288, sendo responsável pela criação do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Estado. Posteriormente foi editado em 26 de agosto, o Decreto-Lei n. 651, o qual transformou a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos trabalhadores em trapiches e armazéns, criando o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (TSUTIYA, 2007, p. 9).

Ainda, conforme o texto legal, neste mesmo período teve a edição do Decreto-Lei n. 1.355, no dia 19 de junho, do qual instituiu o Instituto de Aposentadorias Pensões dos Operários Estivadores.

Finalizando as inovações legislativas neste período, ou seja, no ano de 1939, tivemos a edição do Decreto-Lei n. 1.469, no dia 1º de agosto, o qual foi responsável pela criação do Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

No ano de 1940, foi editado o Decreto-Lei n. 2.122, na data 9 de abril. Tal documento dispunha sobre o regime de filiação de comerciantes ao sistema de Previdência Social, passando a ser misto.

Em 6 de agosto de 1945, houve a Edição do Decreto-Lei n. 7.835, que estabeleceu um percentual mínimo de 70% e 35% do salário mínimo para as aposentadorias e pensões, respectivamente.

E, por último, no dia 19 de janeiro de 1946, pouco antes da promulgação da Constituição Federal de 1946, foi editado o Decreto-Lei n. 8.742, o qual teve o condão de criar um Departamento Nacional de Previdência Social.

3.2.5 – CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1946

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 buscou restaurar o regime democrático e o quadro normativo estabelecido pela Constituição de 1934.

Importante destacar que esta constituição não apresentou mudança no conteúdo referente à Previdência Social se comparada com a Constituição anterior. Não obstante, é no bojo desta Constituição que cai totalmente a expressão “seguro social”, sendo substituído pelo termo constitucional de Previdência Social (TSUTIYA, 2009, p. 9).

As principais e únicas inovações na matéria previdenciária que esta Constituição trouxe foram as seguintes:

a) a competência para legislar sobre previdência social ficou assentada em definitivo, tornando-se competência concorrente entre a União (artigo 5º, inciso XV, alínea “b”) e os Estados (artigo 6º), em modelo semelhante ao existente na atual Constituição de 1988;

b) foi estabelecida a competência do Tribunal de Contas para julgar a legalidade das aposentadorias, reformas e pensões dos funcionários públicos (artigo 77, inciso III);

c) a previdência social deixou de ser apenas um apêndice do Direito do Trabalho, ganhando autonomia, conforme se depreende pela leitura do artigo 5º, inciso XV, alíneas “a” e “b” e do artigo 157, “caput”;

d) o funcionário público passou a contar com o direito à aposentadoria voluntária após 35 anos de tempo de serviço (artigo 191, § 1º), além da aposentadoria por invalidez e da aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade (artigo 191, incisos I e II). Os vencimentos são integrais com o mínimo de 30 anos de serviço e proporcionais, se contar tempo inferior;

e) pela primeira vez foi previsto que “o tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal computar-se-á integralmente para efeitos de disponibilidade e aposentadoria” (artigo 192). Embora essa previsão só tenha se materializado através da legislação ordinária muitos anos mais tarde, a sua relevância não pode ser olvidada, pois abriu caminho para a contagem recíproca dos tempos de filiação dos regimes de previdência dos funcionários públicos, entre si, e posteriormente também entre eles e o regime geral de previdência social;

f) estabeleceu a paridade entre os proventos da inatividade e os vencimentos dos funcionários em atividade (artigo 193).

Referindo-se à matéria infraconstitucional foi criado, na legislação ordinária, ainda no período Vargas, através do Decreto-Lei nº 7.526, de 07.05.1945 o Instituto de Serviços Sociais do Brasil - ISSB, objetivando unificar os Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs.

A Constituição de 1946 previa normas sobre previdência social no capítulo que versava sobre Direitos Sociais, obrigando, a partir de então, o empregador a manter seguro de acidentes de trabalho. *“Foi a primeira tentativa de sistematização constitucional de normas de âmbito social, elencadas no art. 157 do texto. A expressão “previdência Social” foi empregada pela primeira vez numa Constituição Brasileira, (LAZZARI, 2009, p. 65)”*.

O Decreto-Lei nº 8.742, de 19 de janeiro de 1946, criou o Conselho Superior da Previdência Social – CNPS.

O Decreto-Lei nº 8.742, de 19 de janeiro de 1946, transformou o Departamento da Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho em Departamento Nacional de Previdência Social, *“Ao D.N.S.P. incumbe orientar e fiscalizar em todo o território nacional, a administração da previdência social, através dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, (GURGEL, 2007, p. 54)”*.

Em 1949, o Poder Executivo editou o Regulamento Geral das Caixas de Aposentadoria e Pensões (Decreto n. 26.778, de 14.4.49), padronizando a concessão de benefícios, já que, até então, cada caixa tinha suas regras próprias.

Posteriormente foi Editado o Decreto nº 27.664, de 30 de dezembro de 1949, do qual criou o Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, (SERRA, 2007, p. 61):

Entidade de âmbito nacional, com sede e foro na Capital da República, subordinando ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, tem por finalidade prestar assistência médica de urgência, em ambulatórios e hospitais a esse fim destinados, bem como no domicílio ou local de trabalho, aos segurados ativos e inativos, seus dependentes e aos pensionistas dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Comerciantes, Bancários, Marítimos e Empregados em Transportes e Cargas e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.

No ano de 1953 o profissional liberal de qualquer espécie foi autorizado, pelo decreto n. 32.667, a se inscrever na condição de segurado na categoria de trabalhador autônomo, sendo que a Lei nº 1.824, de 17 de março de 1953 tornou segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, trabalhadores avulsos e autônomos, os tratoristas e condutores profissionais de veículos motorizados, utilizados em serviços de estradas, de aterro e desaterro, em zona urbana ou rural.

A Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, assegurou pensão especial à viúva de militar ou funcionário civil atacada de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave, na base do vencimento mensal do marido, e que não tenha economia própria.

A aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS (Lei nº 3.807/1960), promoveu a padronização entre as contribuições e os benefícios nos diversos Institutos, e a criação do Instituto Nacional da Previdência Social - INPS (Decreto-Lei nº 72/1966), do qual unificou administrativamente todos os dispositivos infraconstitucionais relativos à Previdência Social que até então existiam. Esta mesma Lei instituiu o Auxílio-Reclusão, o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral, representando grandes avanços no plano substancial. Tal

diploma não unificou todos os organismos existentes, mas criou normas uniformes para o amparo a segurados e dependentes de vários Institutos existentes, tendo sido efetivamente colocado em prática.

Quatro anos depois foi estabelecida a fusão de todas as caixas remanescentes, por meio do Decreto n. 34.586, de 12.11.53, surgindo a Caixa Nacional, transformada em Instituto pela Lei Orgânica da Previdência Social, de 1960.

Em 1963, a Lei n. 4.296, de 3 de outubro, criou o Salário-Família, destinados aos segurados que tivessem filhos menores. No corrente ano, foi criado o décimo terceiro salário e, no campo da previdência, pela Lei n. 4.281, de 8 de novembro daquele ano, o abono anual.

Em 1965, pela emenda Constitucional n. 11, foi estabelecido o princípio da precedência da fonte de custeio em relação à criação ou majoração de benefícios.

Nesse sentido, apesar da Constituição Federal de 1946 não ter trazido mudanças em seu texto material, no tocante a Previdência Social, foi durante a sua vigência que foi dado o primeiro passo em direção ao sistema de Seguridade Social tal qual conhecemos atualmente⁸

⁸ Art 5º - Compete à União:

(...)

XV - legislar sobre:

(...)

b) normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; e de regime penitenciário;

Art 6º - A competência federal para legislar sobre as matérias do art. 5º, nº XV, letras b ,e , d , f , h , j , l , o e r , não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar.

Art 50 - Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo, contando-se-lhe tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria.

Art 77 - Compete ao Tribunal de Contas:

(...)

III - julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões.

Art 95 - Salvo as restrições expressas nesta Constituição, os Juízes gozarão das garantias seguintes:

(...)

§ 1º - A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, contados na forma da lei.

§ 2º - A aposentadoria, em qualquer desses casos, será decretada com vencimentos integrais.

3.2.6 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969 mantiveram a estrutura do direito à previdência social já consagrada na Constituição de 1946, acrescentando a ela algumas inovações no plano infraconstitucional, (CORREIA, 2007, p. 112).

Em 14 de setembro de 1967 foi editada a lei n. 5.316, a qual passou a incluir na Previdência Social o seguro de acidentes de trabalho, (TSUTIYA, 2007, p. 9).

Art 157 - A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores:

(...)

XVI - previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte;

XVII - obrigatoriedade da instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho.

Art 191 - O funcionário será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos 70 anos de idade.

§ 1º - Será aposentado, se o requerer, o funcionário que contar 35 anos de serviço.

§ 2º - Os vencimentos da aposentadoria serão integrais, se o funcionário contar 30 anos de serviço; e proporcionais, se contar tempo menor.

§ 3º - Serão integrais os vencimentos da aposentadoria, quando o funcionário, se invalidar por acidente ocorrido no serviço, por moléstia profissional ou por doença grave contagiosa ou incurável especificada em lei.

§ 4º - Atendendo à natureza especial do serviço, poderá a lei reduzir os limites referidos em o nº II e no § 2º deste artigo.

Art 192 - O tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal computar-se-á integralmente para efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

Art 193 - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art 23 - Os atuais funcionários interinos da União, dos Estados e Municípios, que contem, pelo menos, cinco anos de exercício, serão automaticamente efetivados na data da promulgação deste Ato; e os atuais extra numerários que exerçam função de caráter permanente há mais de cinco anos ou em virtude de concurso ou prova de habilitação serão equiparados aos funcionários, para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença, disponibilidade e férias.

Art 24 - Os funcionários que, conforme a legislação então vigente, acumulavam funções de magistério, técnicas ou científicas e que, pela desacumulação ordenada pela Carta de 10 de novembro de 1937 e Decreto-Lei nº 24 de 1º de dezembro do mesmo ano, perderam cargo efetivo, são nele considerados em disponibilidade remunerada até que sejam reaproveitados, sem direito aos vencimentos anteriores à data da promulgação deste Ato.

Parágrafo único - Ficam restabelecidas as vantagens da aposentadoria aos que as perderam por força do mencionado decreto, sem direito igualmente à percepção de vencimentos anteriores à data da promulgação deste Ato.

Em 1º de maio de 1969 foi editado o Decreto-Lei n. 564, o qual passou a contemplar o trabalhador rural na Previdência Social, porém, com bastante restrição no tocante a aquisição de direitos (CORREIA, 2007, p. 112).

Em 7º de setembro de 1970 foi ditada a Lei-Complementar n. 7. Tal lei foi a responsável pela criação do PIS (Programa de Integração Social). Ademais, ainda no ano de 1970, especificadamente de 3 de dezembro, foi editada a Lei-Complementar n. 8, que foi responsável pela criação de PASEP (Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público).

Tal período foi o ponto de partida em relação ao direito à previdência social, da qual deixou de beneficiar apenas os funcionários públicos e os trabalhadores urbanos empregados, tutelando a outras categorias de trabalhadores, tais como os autônomos, domésticos (Lei nº 5.859/1972) e os rurais (incluídos em um sistema paralelo, de caráter assistencial, o FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, criado pela Lei nº 4.214/1963, aperfeiçoado e efetivamente implementado pelas Leis Complementares nº 11/1971 e nº 16/1973) (CORREIA, 2007, p. 112/113).

Em 1º de maio de 1974, foi promulgada a Lei n. 6.036, a qual desmembrou o Ministério do Trabalho e Previdência Social, dando origem ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Em 4 de novembro de 1974, a Lei n. 6.125 teve o poder de autorizar a criação, pelo poder Executivo, da Empresa de Processamento de dados da Previdência Social (DATAPREV).

Em 24 de janeiro de 1976 foi editado o Decreto n. 77.077, o qual instituiu a Consolidação das Leis da Previdência Social.

Através da Lei nº 6.439/1977 foi instituído o SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, integrando as atividades de previdência social, assistência médica e assistência social e a gestão administrativa, financeira e patrimonial das várias entidades vinculadas ao Ministério da

Previdência e Assistência Social (INPS, IAPAS, INAMPS, DATAPREV, LBA, FUNABEM e CEME).

Finalizando este período, com último documento legal editado sob a égide da Constituição Federal de 1967, pode-se citar o Decreto n. 89.312, o qual foi editado no dia 23 de janeiro de 1984, e teve o condão de aprovar uma nova Constituição das leis da Previdência Social⁹

⁹ Art 8º - Compete à União:

(...)

XVII - legislar sobre:

c) Normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário;

Art 73 - O Tribunal de Contas tem sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional.

(...)

§ 5º - O Tribunal de Contas, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das Auditorias Financeiras e Orçamentárias e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, aposentadorias, reformas e pensões, deverá

a) assinar prazo razoável para que o órgão da Administração Pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

b) no caso do não atendimento, sustar a execução do ato, exceto em relação aos contratos;

c) na hipótese de contrato, solicitar ao Congresso Nacional que determine a medida prevista na alínea anterior, ou outras que julgar necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

(...)

§ 8º - O Tribunal de Contas julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, independentemente de sua decisão as melhorias posteriores.

Art 97 - É vedada a acumulação remunerada, exceto:

(...)

§ 3º - A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art 100 - O funcionário será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º - No caso do n.º III, o prazo é reduzido a trinta anos, para as mulheres.

§ 2º - Atendendo à natureza especial do serviço, a lei federal poderá reduzir os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco e vinte e cinco anos, respectivamente, para a aposentadoria compulsória e a facultativa, com as vantagens do item I do art. 101.

Art 101 - Os proventos da aposentadoria serão:

I - integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino; ou trinta anos de serviço, se do feminino;

b) invalidar-se por acidente ocorrido em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2º - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração, do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

3.2.7 – CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

Na Constituição Federal de 1988 foi estabelecido o sistema de Seguridade Social, atuando conjuntamente nas áreas da saúde, assistência e previdência social, de modo que as contribuições sociais passaram a custear as ações dos Estados nestas três áreas, não mais somente no campo da previdência social, marcando o retorno de um Estado democrático de direito

§ 3º - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

Art 102. - Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo e só por antiguidade poderá ser promovido, contando-se lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção e para aposentadoria.

Art 108 - Salvo as restrições expressas nesta Constituição, gozarão os Juízes das garantias seguintes:

(...)

§ 1º - A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos esses casos com os vencimentos integrais.

Art 158 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria, de sua condição social:

(...)

XVI - previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e, nos casos de doença, velhice, invalidez e morte;

XVII - seguro obrigatório pelo empregador contra acidentes do trabalho;

(...)

XX - aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral;

(...)

§ 1º - Nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 2º - A parte da União no custeio dos encargos a que se refere o nº XVI deste artigo será atendida mediante dotação orçamentária, ou com o produto de contribuições de previdência arrecadadas, com caráter geral, na forma da lei.

Art 177 - Fica assegurada a vitaliciedade aos Professores catedráticos e titulares de Ofício de Justiça nomeados até a vigência desta Constituição, assim como a estabilidade de funcionários já amparados pela legislação anterior.

§ 1º - O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente na data desta Constituição, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstos nessa legislação.

Art 178 - Ao ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e Marinha Mercante do Brasil que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial são assegurados os seguintes direitos:

(...)

c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da Administração centralizada ou autárquica;

d) aposentadoria com pensão integral aos vinte e cinco anos de serviço, se contribuinte da previdência social;

em nosso país, tendo contemplado vários direitos e garantias fundamentais aos cidadãos (TSUTIYA, 2007, p. 9/10).

É nesse contexto que surge a discussão da eficácia de tais direitos (direitos sociais, também chamados de direitos fundamentais de segunda dimensão), incluindo os direitos à previdência social, sendo a questão em praxe se é possível exigir do estado prestações de cunho positivo a fim de que os direitos fundamentais sociais sejam efetivamente garantidos (CORREIA, 2007, p. 114).

Neste aspecto, há muita divergência doutrinária, no entanto, nosso entendimento é que um mínimo de dignidade da pessoa humana deve ser garantido a todos os cidadãos, de maneira que o Estado possui um dever perante a sociedade no sentido de garantir de forma efetiva que todos os cidadãos possam usufruir de seus direitos fundamentais sociais.

Ademais, vale ressaltar que os direitos fundamentais sociais, assim como os direitos fundamentais individuais, possuem uma proteção reforçada, constituindo cláusulas pétreas, o que significa que, por força do disposto no art. 60, §4º, da CF/88, tais direitos possuem natureza de direitos fundamentais sociais, de forma irretroatável.

Porém, antes mesmo da promulgação da Constituição, já havia disposição legal que determinava a transferência de recursos da Previdência Social para o então sistema único descentralizado de saúde – SUDS, hoje Sistema Único de Saúde – SUS.

Em 1990 foi criado o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, autarquia que passou a substituir o INPS e o IAPAS nas funções de arrecadação, bem como de pagamento de benefícios e prestações de serviços, aos segurados e dependentes do RGPS.

Em 1991 foram publicadas as Leis ns. 8.212 e 8.213, que tratam respectivamente do custeio da Seguridade Social e dos benefícios e serviços

da Previdência Social, incluindo os benefícios por acidente de trabalho, leis que até hoje vigoram, mesmo com as alterações ocorridas em diversos artigos.

Entre os anos de 1993 e 1997, vários pontos da legislação da Seguridade Social foram alterados, sendo relevantes os seguintes: a criação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei n. 8.742, de 7.12.93), com a transferência dos benefícios de renda mensal vitalícia, auxílio-natalidade e auxílio-funeral para este vértice da Seguridade Social.

3.2.7.1 - EMENDA CONSTITUCIONAL DE N. 20

A Emenda Constitucional de n. 20 modificou substancialmente a Previdência Social no Brasil, foi promulgada no dia 15.12.98, modificando a concepção do sistema, pois as aposentadorias passaram a ser concedidas tendo por base o tempo de contribuição, e não mais o tempo de serviço, tanto no Regime Geral de Previdência Social, e principalmente no âmbito dos regimes dos servidores públicos.

A referida limitação da abrangência da proteção da Previdência Social, a qual, além de retificar o regime contributivo e limitado, também tratou de dispor sobre os regimes de Previdência Social complementar, os quais não possuem limite de cobertura e possuem um regime de vinculação facultativa.

Tal Emenda trouxe, basicamente, reduções de despesas no que tange aos benefícios do regime geral, gerido pelo INSS, não sendo tomada qualquer medida para o aumento da arrecadação.

3.2.7.2 -EMENDA CONSTITUCIONAL NS. 41 E 42

No ano de 2003, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional duas propostas de Emenda Constitucional, as de Números 41 e 42, em termos

gerais pouco se alteraram no Regime Geral de Previdência Social, o que tais emendas afetaram profundamente foi o próprio regime dos agentes públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Emenda Constitucional nº 41 trouxe maiores benefícios aos servidores públicos, pois concedeu o direito à aposentadoria integral daqueles que ingressaram no serviço público antes da referida Emenda.

3.2.7.3 - EMENDA CONSTITUCIONAL N. 47 DE 2005

A Emenda Constitucional n. 47 de 5.7.2005, modificou regras de transição estabelecidas pela emenda n. 41º a agente públicos ocupantes de cargos vitalícios, pertencentes aos chamados regimes próprios, com efeitos retrooperantes a 1.1.2004, revogando, ainda, o parágrafo único do art. 6º da Emenda n. 41, de 31.12.2003.

A referida emenda trata especialmente dos regimes de agentes públicos, adentrando, principalmente, em aspectos muito específicos dos chamados regimes Próprios de que trata a art. 40 da Constituição Federal.

Por fim, entendemos que tais esforços históricos são relevantes para caracterizar a reflexão a respeito do futuro da Previdência Social no Brasil, uma vez que o princípio constitucional da vedação do retrocesso histórico¹⁰ impede

¹⁰ O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de garantir a permanência de direito previdenciário historicamente concedido ao lume do não-retrocesso, como já ocorreu no acórdão abaixo ilustrado, no qual foi assentado que a licença-maternidade não poderia ter um limite de valor sem que houvesse expressão dicção normativa nesse sentido, *in verbis*: "(...) não é de se presumir que o legislador constituinte derivado, na Emenda 20/1998, mais precisamente em seu art. 14, haja pretendido a revogação, ainda que implícita, do art. 7º, XVIII, da CF originária. Se esse tivesse sido o objetivo da norma constitucional derivada, por certo a EC 20/1998 conteria referência expressa a respeito. E, à falta de norma constitucional derivada, revogadora do art. 7º, XVIII, a pura e simples aplicação do art. 14 da EC 20/1998, de modo a torná-la insubsistente, implicará um retrocesso histórico, em matéria social-previdenciária, que não se pode presumir desejado. Na verdade, se se entender que a Previdência Social, doravante, responderá apenas por R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) por mês, durante a licença da gestante, e que o empregador responderá, sozinho, pelo restante, ficará sobremaneira facilitada e estimulada a opção deste pelo trabalhador masculino,

que novas legislações, incluindo-se emendas constitucionais, possam excluir ou restringir de forma deliberada os direitos previdenciários já alcançados pela população, a pretexto de “modernizar” o sistema ou solucionar alguma questão eventual ou episódica de natureza atuarial e contábil.

Tal critério jurídico pode e deve ser utilizado como critério relevante para servir de limites às modificações da previdência social, garantindo a manutenção de suas origens historicamente humanísticas.

4 – CONSTRUÇÃO LEGISLATIVA NO ÂMBITO DA ATIVIDADE RURAL:

4.1 - PERÍODO DE RECONHECIMENTO DOS DIREITOS

Demonstrado todo o processo de construção e desenvolvimento dos direitos sociais, tanto nos países europeus quanto no Estado Brasileiro, se percebe que em nenhum momento foi dada atenção aos trabalhadores rurais, tanto no sentido de tutela do Estado, quanto na construção legislativa da Previdência Social, (ZIBETTI, 2007, p. 206):

ao invés da mulher trabalhadora. Estará, então, propiciada a discriminação que a Constituição buscou combater, quando proibiu diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão, por motivo de sexo (art. 7º, XXX, da CF/1988), proibição que, em substância, é um desdobramento do princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres, previsto no inciso I do art. 5º da CF. Estará, ainda, conclamado o empregador a oferecer à mulher trabalhadora, quaisquer que sejam suas aptidões, salário nunca superior a R\$ 1.200,00, para não ter de responder pela diferença. (...) Reiteradas as considerações feitas nos votos, então proferidos, e nessa manifestação do MPF, a ação direta de inconstitucionalidade é julgada procedente, em parte, para se dar ao art. 14 da EC 20, de 15-12-1998, interpretação conforme à Constituição, excluindo-se sua aplicação ao salário da licença gestante, a que se refere o art. 7º, XVIII, da CF.” (**ADI 1.946**, Rel. Min. Sydney Sanches, julgamento em 3-4-2003, Plenário, *DJ* de 16-5-2003.) acesso em 08/06/2012.

É de se mencionar, inclusive, que na decisão acima referenciada o honorável Pretório Excelso pôde ultrapassar entendimento anterior que afastava a possibilidade de invocação do não retrocesso para impedir a supressão de direitos previdenciários, como ocorreu no julgamento abaixo transcrito, *in litteris*: “A propósito das questões mais genéricas, suscitadas na inicial, penso que não devem merecer acolhida pelo menos nestas sede de juízo provisório, a saber: quanto à proibição do chamado retrocesso social, dada a delicadeza da tese, que implicaria, na prática, a constitucionalização, e até a petrificação, das condições de expectativa de aquisição dos benefícios.

previdenciários, impedindo a sua revisão por lei ordinária, elaborada nos limites da Constituição.” (**ADI 1.664-MC**, voto do Rel. Min. Octavio Gallotti, julgamento em 13-11-1997, Plenário, *DJ* de 19-12-1997.)

Além de excluído da proteção da lei trabalhista específica por muito tempo, o trabalhador rural também era excluído de outros benefícios sociais. É o caso, por exemplo, da previdência social. De longa data que os trabalhadores urbanos já eram amparados pelos diversos institutos de previdência. Primeiramente, esses institutos beneficiavam os trabalhadores por categoria profissional. Os principais deles eram os antigos IAPC (Instituto de Aposentadoria de Pensões dos comerciários), IAPI (Industriários).

O Trabalhador rural, com o advento da revolução industrial, da qual ocasionou a evasão da população rural em larga escala para as cidades urbanizadas, foi deixado de lado no prisma da proteção Estatal, *“A consequência principal dessa falta de incentivos à permanência do homem no campo é a fuga do mesmo para as cidades, agravada pela demora no processo brasileiro de Reforma Agrária, (MANIGLIA, 2005, p. 227)”*.

Nessa esteira, *“O mundo contemporâneo abandonou a muito, os antigos conceitos da Justiça Comutativa, pois as novas realidades sociais e econômicas, ao longo da história, mostraram que não basta dar a cada um o que é seu para que a sociedade seja justa” (RUSSOMANO, 1981, p. 18)*.

Na visão contemporânea o mundo rural é considerado pela maioria dos doutrinadores como apenas uma transição da realidade natural do processo de industrialização dos meios de produção, nesse aspecto a proteção jurídica dos interesses rurais deverá passar necessariamente pelo crivo da cultura urbana, pois segundo este entendimento é ela a detentora de todos os bens culturais da sociedade dita civilizada, (MANIGLIA, 2005, p. 227):

Atualmente, deparamo-nos com o fenômeno da mecanização. A mecanização dos processos de produção urbana e rural, além de real, é resultado do avanço tecnológico, sendo seu avanço internacional provém da nova ordem mundial e da globalização.

Essa visão equivocada é fruto de uma cultura elitista, que vem sendo mantida desde o Brasil - Colônia, imaginando que a cultura só se manifesta no mundo urbano, pois é ali que estão presentes as escolas, as universidades, onde se praticam as atividades comerciais, onde estão as fábricas e todos os bens culturais. Exemplo claro dessa situação é o próprio código civil de 1916, ao se referir aos imóveis rurais, denomina-se de prédios rústicos (art. 1.410).

Sendo que o mesmo ocorreu com o Estatuto do Trabalhador Rural e com o próprio Estatuto da Terra.

Assim, a classe de trabalhadores rurais foi marginalizada, pois no meio rural a educação era escassa e precária, restringindo as escolas aos grandes centros urbanos que estavam se formando e, ainda, o fenômeno da mecanização dos processos de produção urbana, além do avanço tecnológico, impulsionava a evasão dos trabalhadores rurais para os centros urbanos.

4.2 – UNIFORMIZAÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS ENTRE TRABALHADORES URBANOS E RURAIS

A nossa Magna Carta consagrou o direito à igualdade, na sua feição formal, no art. 5º, *caput*, *in verbis*: “todos são iguais perante a lei”, o que implica que o Estado não pode fazer qualquer distinção entre os seus cidadãos. Entretanto, no decorrer da história, as necessidades da sociedade exigiram uma ampliação do conteúdo da igualdade, que não se mostrava mais suficiente apenas no seu aspecto formal para atender às demandas sociais.

Diante deste quadro, desenvolveu-se a igualdade em sentido material, de feição dinâmica e positiva, possibilitando uma igualdade de oportunidades a todos os seguimentos da sociedade, inclusive aos grupos vulneráveis existentes em determinada sociedade, como são os trabalhadores rurais no Brasil.

O Estado Brasileiro desde o início da sua colonização, até se tornar independente, teve a economia agrária como a maior fonte de produção e renda do país, movendo todos os setores da economia.

Partindo desta perspectiva (DELGADO, 2000, p. 27):

[...] peso significativo, em termos demográficos, de um setor de subsistência na economia agrária brasileira é algo que tem raízes históricas na nossa formação econômica, calcada de escravismo e na

grande propriedade, e que não foram eliminadas com os processos de industrialização e modernização da agricultura desde o pós-guerra.

Nesse segmento, o Trabalhador rural foi esquecido pelas autoridades legislativas, das quais nunca consideraram o trabalho rural como meio digno de aquisição de direitos, mesmo sendo o maior setor de subsistência da economia Brasileira.

A partir daí nascem duas questões a serem analisadas (DELGADO, 2000, p. 28):

[...] uma, de caráter histórico-estrutural, ligada à heterogeneidade estrutural de sua economia, derivada da herança de um enorme setor de subsistência; a outra, manifesta nas condições concretas da história recente, relacionada à perda de dinamismo econômico do setor rural nacional, sob as condições de convivência política que lhe foram impostas no contexto da liberação econômica ao longo da década de 90. Essa dupla caracterização – alta heterogeneidade social e baixo dinamismo – tem consequências teórico-interpretativo e prático políticas da maior relevância para o debate atual do novo rural brasileiro.

A doutrina coloca que o mundo urbano moderno é formado por três grandes segmentos nos quais se manifestam todos os interesses jurídicos da sociedade civilista, quais sejam: o Comércio, a indústria e os serviços, enquanto o mundo rural é visto como sendo “o resto”, (ZIBETTI, 2007, p. 201):

Nessa dicotomia virtual, o mundo rural foi sempre visto em segundo plano, como se a sociedade camponesa constituísse uma classe de segunda categoria. Essa é a razão pela qual a legislação relativa ao trabalho rural retardou muito neste país.

Porém o alicerce concretizador de todas as relações de trabalho foi a agricultura, conforme vastamente demonstrado no primeiro capítulo, passando de uma sociedade de economia escravista a uma sociedade organizada, com meios de produções totalmente voltada para a economia rural (ZIBETTI, 2007. 201/202).

A nosso ver sem o trabalho rural não chegaríamos ao processo de globalização e urbanização que estava em desenvolvimento, a doutrina civilista não reconhece o meio rural como fato primordial do qual deu capacidade econômica para o país sofrer a transição da urbanização.

O trabalho rural foi deixado de lado no que diz respeito a Direitos previdenciários, muito mais o que isso, foi desconsiderado a sua importância histórica perante o processo de industrialização, ainda que primário, que estava acontecendo no Brasil.

Educação, políticas públicas e Direitos Sociais foram direcionadas para o meio urbano, sob a ótica de que neste meio estava a maior diversidade cultural. Discordâncias a parte, o meio rural foi desvencilhado do processo de desenvolvimento cultural, aquisição e reconhecimento de direitos, tão quanto ao conjunto de tutelas do Estado.

A equiparação dos direitos dos trabalhadores rurais demorou mais de três décadas para ocorrer, contudo, motivada ainda por interesses políticos.

Foi no século XIX que surgiram as primeiras normas reguladoras do trabalho rural. A primeira delas foi em 13/09/1830, tendo o propósito de regulamentar os contratos escritos por serviços prestados por brasileiros e estrangeiros dentro e fora do país.

A segunda foi a Lei nº 108, de 11/10/1837, que tratava da locação de serviços dos colonos, seguindo pelo decreto nº 2.827, de 15/03/1879, da qual estabelecia o modo como esses contratos deveriam ser feitos, (GARCIA, 2007, p. 202):

Dois fatos importantes da história brasileira contribuíram decisivamente para as primeiras modificações nas relações de trabalho no campo. O primeiro deles foi a abolição da escravatura, com a Lei áurea, de 13/05/1888. Isso obrigou os escravocratas rurais a contratar mão-de-obra para tocar suas fazendas. O outro foi a imigração europeia do começo do século passado. Mesmo sendo agricultores profissionais, os imigrantes começaram a contratar os nativos para ajudá-los em suas lavouras.

O Decreto nº 2.827, de 15/03/1879, foi a primeira norma jurídica sobre trabalho agrário, sendo revogada em 22/02/1890 pelo Decreto de nº 213. O Decreto nº 1.162, de 12/12/1890, revogou os artigos 205 e 206 do Código Penal, permitindo a greve pacífica.

O Decreto nº 979 de 06/01/1903, que foi revogado em 20/12/1933, dispunha sobre sindicalização rural. O Decreto nº 1.150 de 05/01/1905 dispunha sobre proteção do salário, considerando o salário do trabalhador como crédito privilegiado.

Em 05/06/1907, o Decreto nº 1.637, dispõe sobre a formação, o Decreto nº 1.637, dispõe sobre formação de cooperativa, associação em sindicato, autonomia e liberdade sindical.

A partir de tais acontecimentos surgiram as primeiras providências legislativas em prol do trabalho rural, positivados no Código Civil de 1916, que trouxe para o seu texto três tópicos relacionados a matéria rural. A parceria agrícola foi tratada nos arts. 1.410 a 1.423, enquanto que a locação de serviços era disciplinada pelos artigos 1.216 a 1.236, e a empreitada nos arts. 1.237 a 1.247.

Após o ano de 1930 a produção industrial é impulsionada, surgem várias normas dispendo sobre o trabalho subordinado.

Tal disciplina, agora constante no Código Civil, foi levada ao âmbito Constitucional a partir no ano de 1934, tendo todas as outras cartas magnas reconheciam o trabalho rural em seu texto. Porém, sua regulamentação não se concretizou de imediato. A própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considerada um marco histórico na legislação brasileira, não acolheu o trabalho rural, ao contrário, com a aprovação do Decreto-Lei (5.452, de 01/05/1943), excluiu o trabalho rural de seu texto, conforme se demonstra em seu art. 7º:

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

a) (...)

b) Aos trabalhadores rurais, assim consideradas aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais.

Nesse dispositivo está evidente a discriminação entre o urbano e o rural de que nos ocupamos linhas atrás. Mesmo sendo uma consolidação das leis trabalhistas esparsas até então vigentes, a CLT não contemplou as leis do trabalho rural, ora, se está provado que a história de toda a organização da humanidade aconteceu sob o prisma do trabalho rural, tendo sido modificada tal organização somente com o advento da Revolução Industrial, não pode uma Consolidação de Leis Trabalhistas deixarem de lado tal relação, pois tudo passou por um processo evolutivo, sendo a raiz de toda essa organização o trabalho rural.

A primeira medida propriamente dita no sentido da inclusão do trabalhador rural entre os beneficiários da previdência social ocorreu em 1945, quando Getúlio Vargas assinou a Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Brasil (ISSB) de administração única e controle centralizado.

Por isso, somente com a Constituição Democrática de 1946 foi reconhecida as leis do trabalho rural, e mesmo assim com um atraso de quase 20 anos, pois somente em 1963 que entrou em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural, com a edição da Lei 4.214, em 02 de março daquele ano, (VALERIANO, 2003, p. 32):

Em 1963, surge o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março 1963). Esta lei foi posteriormente revogada pela Lei nº 5.889/93, que passou a disciplinar as relações de emprego rural, determinando a aplicação subsidiária da CLT no que com ela não colidirem (art. 1º).

Com a promulgação do citado diploma legal, as relações laborais no campo passaram a ser regido por leis próprias, o Estatuto do Trabalhador Rural representou uma grande conquista para o trabalhador campesino, (GARCIA, 2007, p. 203):

Com o advento desse importante diploma legal, as relações laborais no campo passaram a ser regidas por lei própria. E o que é mais importante: o seu texto era quase uma reprodução dos dispositivos da CLT. A única diferença é que o trabalho tratado no Estatuto do Trabalhador Rural é aquele desenvolvido em propriedade rural ou prédio rústico, conforme consignado em seu art. 2º.

Cumpra ressaltar que a promulgação de tal Estatuto representou o primeiro grande passo para o trabalhismo em geral, pois a CLT excluiu os benefícios conquistados para o trabalhador rural, pois até então o meio urbano era onde se concentrava uma maior massa de trabalhadores e oferecia melhores condições de organização, (GARCIA, 2007, p. 204):

Por ter mais acesso às informações e à circulação das ideias em todo o mundo civilizado, os trabalhadores urbanos tinham melhores condições de organização. Isso, porém não acontecia com os trabalhadores rurais. Principalmente nas regiões longínquas, onde não havia acesso ao rádio e aos jornais. Ao lado disso, deve-se levar em conta que a sociedade brasileira da época ainda era essencialmente agrária. O País estava apenas entrando na fase industrial. As oligarquias políticas tinham seus vínculos inseparáveis com a terra. Todo político que se prezava tinha um pé na cidade e outro na fazenda. Portanto era natural que, em tais condições, nenhum legislador iria votar em uma lei que fosse contra seus interesses. Daí a CLT excluir propositalmente os trabalhadores rurais das conquistas trabalhistas urbanas.

Somente uma década depois após essa tentativa é que houve um novo esforço para fazer com que a proteção social atingisse os trabalhadores rurais: em 23 de dezembro de 1955 foi criado, pela Lei 2.613, o Serviço Social Rural, órgão a ser custeado basicamente pelas empresas industriais urbanas e destinados à prestação de assistência à população rural.

A efetiva inclusão do trabalhador rural no campo da legislação previdenciária somente veio a se concretizar em 1964 com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, o qual deu prioridade aos arrendatários e aos parceiros-trabalhadores. Para isso, instituiu os contratos agrários (arts. 95 e 96), inserindo neles as chamadas cláusulas obrigatórias. Essas cláusulas são de observação obrigatória e vedam a renúncia de direitos e vantagens pelos arrendatários e parceiros.

Depois de dez anos de vigência, o Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado pela Lei 5.889, de 03/06/1963, sendo esta atual Lei regulamentadora do Trabalho Rural, sendo regulamentada pelo Decreto 73.626 de 12/02/1974, (GARCIA, 2007, p. 205):

Com a vigência da Lei 5.889, pode-se dizer que o Trabalhador Rural atingiu quase o mesmo patamar de seu colega urbano. Dizemos quase porque na área social ainda faltava algumas conquistas, como

a previdência social e a assistência social. Entretanto, em termos de relações de trabalho, os rurícolas se equiparam aos urbanos. Há autores que afirmam com segurança que a nova lei representou a “ruralização” da CLT.

Dentro dos seus 183 artigos, o Estatuto do Trabalhador Rural explicitou de forma detalhada os direitos trabalhistas do homem do campo, já com a promulgação da Lei 5.889 simplificou-se a normatização, remetendo grande parte da regulamentação à própria CLT.

O Estatuto do Trabalhador Rural foi reformulado pelo Decreto-Lei 276, de 28 de fevereiro de 1967, que tentou adequá-lo às suas reais possibilidades. Em 25 de maio de 1971, a Lei Complementar nº 11 extinguiu o Plano Básico e criou, em seu lugar, o programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural), destinados à prestação de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral, serviço social e serviço de saúde aos trabalhadores rurais e aos seus dependentes. Cabe destacar que até então não estava prevista pela legislação nenhuma fonte de custeio para amparos previdenciários.

Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1996 tais benefícios assistenciais no rol previdenciário foram extintos. Os empregadores rurais, até então à margem do sistema que se implantava, foram incluídos entre os beneficiários do Funrural pela Lei 6.260, de 6 de novembro de 1975, passando a ter direito aos seguintes benefícios: Aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde, readaptação profissional e serviço social.

Todas essas entidades, das quais também fizeram parte o Sinpas, a fundação do bem-estar do menor (FUNABEM), a empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) e a Central de Medicamentos (CEME) foram unificados, criando um sistema Previdenciário único, marcando um início de uma nova etapa: a Universalização do Seguro Social no Brasil.

Com a devida equiparação dos direitos Previdenciários Urbanos e Rurais, nasce o texto Constitucional de 1988. O Seu art. 7º reza o seguinte:

“São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”..., posteriormente vem uma lista com 38 incisos do texto Constitucional referindo à igualdade de tais direitos.

Nesse sentido, a única diferenciação que ainda ficou mantida entre os trabalhadores urbanos e rurais foi com a relação da prescrição de seus direitos. O inciso XXIX do texto Constitucional de 1988 estabeleceu o prazo prescricional de cinco anos para trabalhadores urbanos e de dois anos para trabalhadores rurais.

Porém a Emenda Constitucional nº 28, de 26/05/2000 igualou o prazo de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais.

Assim, os direitos previdenciários dos trabalhadores camponeses foram devidamente equiparados com os trabalhadores urbanos, sendo a única diferença ainda a forma de custeio e período de contribuição, conforme será demonstrado no item abaixo.

4.3 – EQUIVALÊNCIA DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS TRABALHADORES RURAIS.

Devidamente equiparados os direitos dos rurícolas em relação aos urbanos, nasce a aposentadoria especial, que é uma espécie de aposentadoria por tempo de serviço, sua peculiaridade é que o segurado não precisa estar inscrito no rol da Previdência, bem como não precisa contribuir para a obtenção do benefício.

O artigo 1º da Lei 8.213/91, por sua vez, estabelece o caráter compulsório da Previdência Social:

A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar a seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependem economicamente.

Logo, percebe-se claramente que a Previdência Social possui um caráter nitidamente contributivo e compulsório, o que excluiria os trabalhadores rurais de seu âmbito, uma vez que o tratamento da Magna Carta, bem como a legislação infraconstitucional não lhes exige nem a filiação ao regime nem qualquer tipo de contribuição, desse modo fica explícito o cunho assistencialista da equivalência dos direitos previdenciários para os trabalhadores rurais, e mais uma contradição do legislador ao classificar com o cunho Previdenciário.

De acordo com o nosso entendimento, pode-se afirmar que a assunção da concretização de uma política de redistribuição de renda em favor dos trabalhadores rurais, por meio do sistema previdenciário, constitui uma ação afirmativa do Estado e, por vezes, do judiciário, haja vista que a distinção desse grupo dentro do âmbito específica da Previdência Social tem o intuito de garantir-lhes melhores condições de tratamento, dada a desigualdade fática existente entre eles e os segurados urbanos.

Dentre estes aspectos, leva-se em conta a precariedade na qualidade de ensino que as populações camponesas enfrentam, o trabalho desgastante e a demora no desenvolvimento de políticas públicas e tutelas estatais.

Vale ressaltar que os trabalhadores rurais obtiveram uma inclusão extremamente tardia no sistema previdenciário brasileiro, *“No Brasil a inclusão dos trabalhadores rurais no sistema previdenciário foi tardia em relação às outras categorias profissionais... (ZIMMERMANN, 2005, p.158)”*.

Tanto que a equivalência dos benefícios previdenciários para os trabalhadores rurais foi uma forma de compensação, ou seja, é um benefício que se presta a reparar financeiramente o trabalhador sujeito a condições de trabalho inadequadas, bem como todas as carências sociais que o mesmo enfrentou, (LAZZARI, 2009, p. 602):

O conceito constante do Regulamento da Previdência Social é de que a aposentadoria especial, uma vez cumprida a carência exigida, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este somente quando cooperado filiado à cooperativa de trabalho ou de produção, que tenha trabalhado durante quinze, vinte

ou vinte cinco anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (art. 64, com a redação conferida pelo Decreto nº 4.279, de 9.6.2003).

Além disso, as ações afirmativas em prol do trabalhador rural promoveram transformações sociais, à medida que proporcionam uma igualdade de recursos e oportunidades entre os membros de uma sociedade.

Assim, vê-se que os direitos sociais como o são os direitos à previdência social estão intimamente ligados, pois estas tutelas resultam em políticas públicas direcionadas no âmbito de determinado direito social, (SARLET, 2007, p. 302):

Os direitos sociais de natureza positiva (prestacional) pressupõem seja criada ou colocada à disposição a prestação que constitui o seu objeto. Os direitos sociais não configuram um direito à igualdade, baseado em regras de julgamento que implicam um tratamento uniforme; são, isto sim, um direito das preferências e das desigualdades, ou seja, um direito discriminatório com propósito compensatório.

Dessa forma, de acordo com toda a carga doutrinária estudada, pode-se dizer que as políticas públicas previdenciárias têm o condão de provocar transformações sociais profundas, mediante a garantia do direito à dignidade aos trabalhadores rurais, inclusive com a possibilidade de crescimento social e econômico deste grupo, ante a facilitação do acesso ao sistema de previdenciário.

Relacionada ao caso, a fim de minimizar essa situação, bem como levando em conta que o trabalhador rural exerce em geral atividade mais desgastante, além da sua hipossuficiência, a CF 88 e a Lei 8.213/91 previu diversas situações beneficiando os trabalhadores rurais.

4.4 – REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DA APOSENTADORIA DOS TRABALHADORES RURAIS:

Com a equiparação e equivalência da legislação de tutela do estado relacionada ao meio rural, foram instituídos novos parâmetros para a população campesina para a aquisição dos direitos previdenciários, dentre os quais se destacam: a idade para obter aposentadoria, conforme o artigo 201, § 7º, inciso II, da CF, reduzindo a idade que antes era de 65 anos de idade, sendo reduzida para 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher, o piso do benefício que era de ½ salário mínimo para a aposentadoria em geral passou a ser no valor de um salário mínimo, e ainda, desnecessidade de inscrição e recolhimento de contribuição para os cofres da previdência, (PRUNES, 1999, p. 36):

O pequeno trabalhador rural é considerado um segurado especial na Previdência Social do Brasil. É um segurado que não precisa fazer contribuições para obter benefícios. Tem direito a quase todos os benefícios, só não pode se aposentar por tempo de contribuição. Sua renda é sempre fixada em um salário-mínimo.

O trabalhador rural se aposenta por idade e tem um redutor de cinco anos, homens precisam ter 60 anos e mulheres 55 anos.

Nesse sentido, foi com a Lei 8.213, de 1991, que as alterações já mencionadas foram todas devidamente regulamentadas, conforme se denota em seu art. 143:

O Trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no regime geral da Previdência Social, na forma da alínea “a” do inciso I, ou do inciso IV ou VI do artigo 11 desta lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da vigência desta Lei, desde que comprove o exercício da atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

O Inciso VII do artigo 11 da Lei 8.213/91 define como segurado especial:

O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime da economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

A Concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional de Seguro Social, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente; o requisito de exercer a atividade em face à economia familiar torna-se o de maior relevância, pois dispõe o § 1º do artigo 11 da Lei de Benefícios: *“entende-se como regime e economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados”*.

Ou seja, aquele que trabalha individualmente ou com o grupo familiar, sendo sua atividade indispensável à própria subsistência.

No que diz respeito à aposentadoria por tempo de contribuição, o §2 do artigo 55 da Lei de benefícios ressalva que *“o tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior a data de início vigência desta Lei, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência, conforme dispuser o regulamento”*.

Nesse sentido, a expansão da cobertura previdenciária à população rural representou um vigoroso avanço em termos de universalização do sistema, redução das desigualdades e erradicação da pobreza, e foi decorrente da maior generosidade das condições de elegibilidade, assim como da duplicação do valor dos benefícios previdenciários e assistenciais com a Constituição de 1988.

Essa nova sistemática de proteção, a qual tinha como principal peculiaridade o caráter não-contributivo propriamente dito de financiamento previdenciário, proporcionou ao Trabalhador rural uma espécie de compensação, do qual não precisa contribuir para os cofres da previdência, bastando apenas estar vinculado ao sindicato da categoria, e mesmo assim ter seu direito adquirido dos benefícios previdenciários denominados, a Aposentadoria Especial, (MARTINEZ, 2003, p. 149):

Em razão do art. 195, § 8º, da CF/88, em distinção inexplicável numa Carta Magna, é conceituado, em particular, o segurado especial. É pequeno proprietário ou não, autônomo e prestador de serviços rurais e na pesca, trabalhando individualmente ou em regime de economia familiar, sem concurso de empregados, conforme a Lei Maior, ou sem a ajuda de terceiros, de acordo com o artigo citado. A maioria com o Direito Agrário.

A respeito, a súmula nº 272 do STJ determina que *“o trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço, se recolher contribuições facultativas”*.

Entretanto, tanto o segurado especial quanto o segurado empregado rural têm direito de ver computado o tempo de serviço/contribuição anterior à data de início de vigência da lei nº 8.212/91 (até outubro de 1991 – inclusive – em respeito ao prazo nonagesimal decorrido desde o advento da Lei 8.212/91 – art. 161, Dec. 356/91) independente do recolhimento de contribuições (art. 55, § 2º, Lei nº 8.213/91).

O trabalhador rural foi enquadrado como segurado especial pelo fato de não ter uma política de tutela estatal propriamente confeccionada, carecendo dos direitos sociais reconhecidos Constitucionalmente, e ainda trabalhar em condições precárias, (STEPHANES, 1998, p. 34):

Principal regime previdenciário na ordem interna, o RGPS abrange obrigatoriamente todos os trabalhadores da iniciativa privada, ou seja: os trabalhadores que possuem relação de emprego regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (empregados urbanos, mesmo que estejam prestando serviço a entidades paraestatais, os aprendizes e os temporários), pela Lei nº 5.889/73 (empregados rurais).

O Instituto da aposentadoria especial tutela o trabalhador, o qual se submeteu às condições acima descritas, desde que a sua atividade laborativa esteja enquadrada no rol taxativo da Lei 8.212/91, conforme transcrição:

(...)

VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e os arrendatários rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime da economia familiar, ainda que com o auxílio de eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de

quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

(...)

De início, deve-se ressaltar que o enquadramento em atividade especial não coincide exatamente com os requisitos para a concessão de adicionais trabalhistas de insalubridade, periculosidade ou penosidade. A legislação previdenciária tem requisitos próprios. O reconhecimento do adicional trabalhista é indiciário, mas não assecutório do direito à aposentadoria especial, e vice-versa.

Fato de suma importância é que a atividade campesina tem que ser a principal fonte de renda da família, os meios de comprovação de fato aceitos atualmente são contribuições aos sindicatos, notas de produtor rural e contratos de arrendamento, sobre a propriedade familiar descreve a Lei nº 4.504, de 30/11/1964 (Estatuto da Terra):

Art. 4º Para efeitos desta Lei definem-se:

(...)

Propriedade Familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva a toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros;

(...)

Ainda, para ser considerado segurado especial, como acima mencionado, não pode haver exploração de empregados, bem como a renda advinda da atividade rural deve ser indispensável ao sustento da família.

Se o trabalhador tinha outros meios de subsistência, como renda proveniente de arrendamentos, ou mesmo trabalho urbano de outros membros da família, sendo atividade rural mero complemento da renda familiar ou nem isso, será descaracterizado o alegado regime de economia familiar, (DUARTE, 2008, p. 62):

A partir desse raciocínio de que, em contagem recíproca do tempo de contribuição, é necessária a indenização das contribuições e não se aplica o § 2º, do art. 55 da LB, o Superior concluiu que também na hipótese de o segurado somar tempo urbano com rural deveria indenizar as contribuições, já que somaria tempo vinculado em tese ao antigo Regime de Previdência Rural com o de Previdência Urbana.

Contudo, não se pode desconsiderar que depois da CF/88 e em especial, posteriormente à promulgação da Lei 8.213/91, a mesma que dispôs sobre a contagem do tempo de serviço rural sem necessidade de indenização, unificaram-se os regimes de previdência do trabalhador rural e urbano em único sistema denominado Regime Geral da Previdência Social. A contagem de tempo de contribuição dentro deste mesmo regime não pode ser denominada de contagem recíproca, ainda mais porque não há que fazer qualquer compensação financeira prevista na Lei 9.796/99.

Em suma, as peculiaridades do regime previdenciário do meio rural devem ser respeitadas e mantidas pela legislação, haja vista que a conjuntura e o ambiente em que se inserem as atividades rurícolas são motivo suficiente para se transformar a atual política de ação afirmativa do trabalhador rural, mormente quanto ao aspecto contributivo, como decisão permanente do Estado Brasileiro, e não uma política pública governamental eventual, até mesmo em respeito ao epígrafado princípio do não-retrocesso histórico e social.

CONCLUSÃO

As Construções históricas das origens do trabalho demonstram que a organização da sociedade passou e ainda passa por um processo sistêmico evolutivo, do qual todos os fatos que acontece hoje na sociedade, interferem na realidade de amanhã.

O regime da escravidão só foi abolido quando começou a se pensar no senso de igualdade do ser humano, pois posteriormente o trabalho, que até então era totalmente voltado para a agricultura, foi reorganizado, sem perder a condição de usar a terra como sua principal fonte de renda.

A Servidão e as Corporações de Ofício são exemplos claros dessa nova perspectiva de organização, pois os trabalhadores começaram a não mais só explorarem mão-de-obra, mas sim dar condições para que a mão-de-obra fosse mais qualificada e exigida, elevando em muito a capacidade econômica do Estado, que até então era totalmente rural.

Tais fatos foram primordiais para dar suporte para a economia, tanto Brasileira quanto Mundial, para se adaptar ao processo de globalização que estava no ponto inicial de desenvolvimento.

Para esta nova realidade, dois marcos ficaram claros, a revolução francesa e a revolução Industrial, pois com a Revolução Francesa ficou proibido todas as formas de escravidão e desumanidade do trabalho, nascendo com esta visão o propósito dos direitos humanos, políticas públicas e por fim a proteção social.

A revolução industrial ocasionou um processo de industrialização e globalização desordenado em massa na sociedade que até então era totalmente agrária, nisso a evasão da população campestre do campo para os grandes centros urbanos aconteceu em larga escala, modificando a economia.

Nesse sentido, visto esta nova realidade, bem como os novos problemas sociais que se apresentavam na sociedade o Estado tomou uma nova postura, de interventor nas relações de trabalho, tendo como fundamento a proteção social do indivíduo.

A intervenção do Estado nas relações de trabalho foi primordial para o surgimento da noção de proteção social, da qual tinha como principal propósito a proteção aos indivíduos desamparados.

É nessa hora que surgem medidas de maior potencial de tutela para o trabalhador camponês, pois após os acontecimentos históricos acima mencionados foi criada uma série de Decretos e Leis no sentido de positivação e expansão dos direitos sociais nos textos constitucionais e legislação esparsa, com a consequente criação da Previdência Social.

Porém tais diplomas não mencionaram em nenhum momento a relação do trabalho rural como meio de aquisição de direitos previdenciários, ainda mais, nem sequer incluíram tal trabalho como meio digno de aquisição de direitos, pois, com a expansão da globalização e evasão das populações para o meio urbano as políticas públicas se resumiram a este meio.

Fato que resultou na precarização de ensino, na marginalização da população rural, condições desumanas de trabalho e ausência total de políticas públicas de atendimento.

A igualação dos direitos das populações urbanas e rurais só se equiparou por completo na Constituição de 1988, fruto do princípio da Uniformização e Equivalência e do princípio do Solidarismo.

Tais princípios, junto com as legislações correspondentes ao caso que tutelam a classe de trabalhadores rurais equipararam o período de contribuição em relação às populações urbanas, ou seja, os trabalhadores rurais não precisam contribuir para os cofres da previdência, bem como não precisam se filiar em um regime para obter integralmente os benefícios da aposentadoria.

Os fatos históricos estudados, bem como as construções legislativas demonstram que tais peculiaridades na aquisição de benefícios se tornam uma espécie de compensação da sociedade em prol dos trabalhadores rurais, por terem deixados estes trabalhadores desamparados e vivendo em condições precárias de vida e, ainda, levando em consideração que o progresso econômico sempre dependeu da atividade campesina como maior fonte de renda estatal.

O Estado por alguns anos se eximiu da responsabilidade de tutelar as populações rurais, dada a nova realidade fática da sociedade, através do Princípio do Solidarismo, bem como da Uniformização e equivalência tal ausência de tutela foi suprida, tanto que hoje o trabalhador rural tem seus requisitos devidamente explícitos para obter a sua condição de segurado, demonstrando a legislação total um total avanço no aspecto de universalização de segurança social.

BIBILHOGRAFIA

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MORETTO, Amilton. **Políticas de Emprego e Proteção Social**, 1º Ed. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

BERNARDES, Hugo Gueiros. **Direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1989.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do Trabalho**, 7º Ed. São Paulo: LTr, 2011.

CAMINO, Carmen. **Direito Individual do Trabalho**. 4 ed. Porto Alegre: Síntese, 2004.

Constituição Federal e Legislação Previdenciária, 5º edição, Editora Verbo Jurídico.

CORREIA, Maros Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de Direito da Seguridade Social**, 3º edição, São Paulo, Ed. Saraiva, 2007.

DUARTE, Marina Vasques. **Direitos Previdenciários**, 6º edição, São Paulo: Ed. Verbo Jurídico, 2008.

ESTATUTO DA TERRA, Coleção Saraíva de Legislação, Ed. Saraiva, Revista atualizada e ampliada, 1997.

FREUDENTHAL, Sergio Pardal. **Aposentadoria Especial**, 1º edição, São Paulo: LTr, 2000.

GOES, Hugo Medeiros. **Manual de direito previdenciário**. 5º edição, São Paulo: Ferreira, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**, 17º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

IANNONE, Roberto Antônio. **A Revolução Industrial**, 1º Ed. São Paulo: Moderna, 1992.

JUNIOR, José Celso Cardoso. DELGADO, Guilherme. **A Universalização de Direitos Sociais no Brasil**, Brasília: Ipea, 2000.

LAZZARI, João Batista. CASTRO, Carlos Alberto Pereira;. **Curso Elementar de direito previdenciário**, 1º Ed. São Paulo, LTr, 2005.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Direito do Trabalho**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 1997.

MANIGLIA, Elisabete. **Trabalhador Rural: Trabalhador Rural**. São Paulo: Franca, 2000.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios do Direito Previdenciário**, 4Ed. São Paulo: LTr, 2001.

MORAIS FILHO, Evaristo de, Antônio Carlos Flores de. **Introdução ao Direito do Trabalho**. 6. Ed. rev. Atual. São Paulo: LTr, 1993.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação do Direito do Trabalho**, 28 ed. São Paulo: LTr, 2002.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Direito do trabalho e previdência social: Estudos**. São Paulo: Ltr, 1996.

OLIVEIRA, Lamartino França. **Direito Previdenciário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PEREIRA NETTO, Juliana Pressoto. **A previdência Social em Reforma: o desafio da inclusão de um maior número de trabalhadores**: São Paulo: Ltr, 2002.

PRUNES, José Luiz Ferreira. **Manual Prático do Empregador Rural**. Curitiba: Juruá Editora, 1999.

RÉMOND, René. **O século XIX**, 15º Ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix Ltda, 2008.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**, 9º Ed. Curitiba: Juruá, 2003.

SARLET, Ivo Wolfgang, **Direitos Sociais Positivados**, 3ª edição, São Paulo: Ltr, 2007.

SERRA e GURGEL, JB, **EVOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, FUNPREV, Fundação ANASPS, Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

STEPHANES, Reinhold. **Reforma da previdência sem segredos**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SUSSEKIND, Arnaldo Lima Teixeira. **Instituição do direito do trabalho**. 20ª ed. e 21ª ed. São Paulo, 2002.

SUSSEKIND, Arnaldo Lima Teixeira. **Instituição do direito do trabalho**. 21ª ed. São Paulo, 2002.

STEPHANES, Reinhold. **Reforma de previdência sem segredos**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de Direito da Seguridade Social**, 1ª edição, São Paulo, Ed. Saraiva, 2007.

VALERIANO, Sebastião Saulo. **Obrigações Trabalhistas Rurais**. São Paulo: RCN Editora e Distribuidora, 2003.

ZIBETTI, Darcy Walmor. **Trabalhador Rural Uma análise no contexto Sócio-Político, Jurídico e Economia Brasileira**. São Paulo: Jurva Editora, 2007.

ZIMMERMANN, Clóvis. **A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas**. Revista Espaço Acadêmico, n° 48, maio/2005, Disponível em: <http://www.espaçoacadêmico.com.br/048/48czimmermann.htm>. Acesso em 28/05/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acesso em 25/05/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm, acesso em 26/05/2012.

<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>, acesso em 27/05/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acesso em 28/05/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm, acesso em 29/05/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm,
aceso em 30/05/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm,
acesso em 02/06/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm,
acesso em 03/06/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm,
acesso em 03/06-2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm,
acesso em 03/06/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm,
acesso em 03/06/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc47.htm,
acesso em 03/06/2012.

<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=445>, acesso em
20/05/2012.